



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 096

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE SETEMBRO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

DIÁRIO Nº 096**SUMÁRIOS****96ª SESSÃO ORDINÁRIA****SUMÁRIO****Mesa Executiva 03****Presenças 03****Abertura da Sessão..... 03****Expediente:**

Ofícios..... 03

Indicações 05

Requerimentos 05

Projetos de Lei 13

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 15

Dep. Antonio Anibelli..... 17

Dep. Tadeu Veneri..... 18

Dep. Elton Welter..... 20

Dep. Rosane Ferreira 21

Dep. Rafael Greca..... 23

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 16

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 19

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira 22

Liderança do Governo

Dep. Rafael Greca..... 23

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 25

Liderança da Oposição

Dep. Elio Rusch 26

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 27

Discussão/Votação

2ª Discussão (PEC) 28

Redação Final 29

2ª Discussão 30

1ª Discussão 30

Requerimentos 31

Encerramento da Sessão 32**9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA****SUMÁRIO****Mesa Executiva 32****Presenças 32****Abertura da Sessão..... 32****Ordem do Dia:**

Discussão/Votação

Redação Final..... 33

2ª Discussão 33

1ª Discussão 33

Encerramento da Sessão 35**Publicações:**

Comissão Executiva

Emenda Constitucional 35

Atos..... 36

Atas de Comissões

Esp. de Ref. Const. (PEC nº 022) 37

Orçamento 37

DIÁRIO Nº 096

96ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 96ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2010

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Teruo Kato e pela Sra. Deputada Rosane Ferreira.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Wal-dyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Dr. Batista, Jonas Guimarães, Luiz Eduardo Cheida, Neivo Beraldin, Nelson Garcia e Osmar Bertoldi (07).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 134/10 do Sr. Orlando Pessuti - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 737/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, por considerá-lo contrário ao interesse público, pelos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 551/10/APPA do Sr. Mario Marcondes Lobo Filho - Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Durval Amaral, que solicita esclarecimentos sobre multa e embargo emitido pelo IBAMA, com relação ao sistema de carregador de sacarias de açúcar diretamente nos navios, equipamento denominado Shiploader. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº AL001151/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados ao Conselho Escolar Ari A. Gossler Educação Infantil Ensino Fundamental com o objetivo de implantação do Programa PDDE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001152/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados ao Cons. Escolar da Escola Municipal Olívio Beal, com o objetivo de implantação do Programa PDDE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001153/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Guilherme de Albuquerque Maranhão, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001154/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Colégio Estadual Cristo Rei, com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001157/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Heitor Rocha Kramer com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001158/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APM - Anita Canet C. E. com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001159/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - André Andreatta Escola Estadual com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001160/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF do Colégio Estadual de Palmeirinha com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001161/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Jardim Santa Cruz Escola Estadual - Ensino 1º Grau com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001162/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Colégio Estadual D. Pedro I com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001163/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Arlinda F. Creplive Colegio Estadual com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001164/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APM - Jardim Nova Itália Escola Estadual - Ensino 1º Grau com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001165/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Jaci Real de Oliveira Escola Estadual com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001166/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Colégio Estadual Bibiana Bitencourt com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001167/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Colégio Estadual Professora Dulce Maschio - Ensino Fundamental e Médio com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001168/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Colégio Estadual Louren O. Filho Ensino Fundamental e Médio com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001169/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - João Ade Camargo Escola Estadual - Ensino 1º Grau com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001171/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Jardim Interlagos Escola Estadual - Ensino 1º Grau com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001173/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Mario B. T. Braga Colegio Estadual Professor com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL001174/10 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a APMF - Rosilda de Souza Oliveira Colegio Estadual Profissionalizante com o objetivo de implantação do Programa PDDE - Educação Integral. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 165/10

SÚMULA:

Sugere a incorporação da FAFI-UVA à UNICENTRO.

Ao Exmo. Sr. Dr. Nildo José Lubke, DD. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

O Deputado Caíto Quintana, nos termos do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, dirige-se a V. Exa. para sugerir o seguinte:

Sejam efetuados estudos, com a máxima brevidade possível, no sentido efetivar a incorporação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória - FAFI-UVA, à Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO e não à Universidade Estadual do Paraná - UEPR, como anteriormente cogitado.

Conforme informações recebidas da AMSULPAR, em expedientes inclusos, a incorporação ora sugerida irá promover um melhor desenvolvimento regional integrado, em vista das características comuns das referidas instituições e inclusive em razão da UNICENTRO já possuir programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado consolidados.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) CAÍTO QUINTANA

INDICAÇÃO Nº 166/10

SÚMULA:

Sugere ao Governo do Estado do Paraná, estudos para elaboração de projeto de rodovia desde Rio Branco do Ivaí a Imbaú no Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

Rafael Greca, Deputado Estadual que este subscreve, valendo-se de suas prerrogativas constitucionais, conforme previsto nesta Casa de Leis, sugere ao Governo do Paraná, apelando ao Secretário dos Transportes, Mário Cesar Stamm Junior que determine ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem, realização de estudos para elaboração de projeto de rodovia desde Rio Branco do Ivaí, até Imbaú no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A pedido, principalmente da população que habita a região entre as Cidades de Rio Branco do Ivaí e Imbaú inclusive, apresentamos esta Indicação Legislativa solicitando ao Governo do Paraná, através da Secretaria de Transportes, providências quanto a realização de estudos para elaboração de projeto da rodovia, ligando os Municípios mencionados. São 70 quilômetros a serem asfaltados com recursos próprios do Estado, passando pelos vilarejos Pinhal Grande, Embueiro, Rio Alonso, Rio Novo, José Lacerda, Erval, consistindo em uma das regiões mais carentes do Estado.

A realização desta obra oportunizará o desenvolvimento da região, facilitando o escoamento agrícola, valorizando o comércio, gerando emprego e renda, com consequente melhoria da qualidade de vida daquela população.

Assim sendo é de grande relevância a elaboração do projeto da rodovia acima indicada.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3440

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a retirada por 05 (cinco) Sessões da PEC nº 064/09, item 01 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(aa) PLAUTO MIRÓ
JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3343

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no artigo 36, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, REQUER a prorrogação por 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de Investigação (CEI), criada para apurar possíveis sonegações de ICMS sobre cigarros e similares.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) FÁBIO CAMARGO
PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3364

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja determinado por essa Mesa Executiva, o desconto nos vencimentos dos Srs. e Sras. Parlamentares, de todos os dias em que as Sessões Plenárias forem suspensas em função das eleições em curso, contando do dia de hoje até o dia da realização do pleito.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3365

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, a utilização do plenarinho desta Casa de Leis, no dia 23/09/2010, das 14h às 17h, para a realização do Encontro Metropolitano de Enfermeiros promovido pelo Conselho Regional de Enfermagem - COREN/PR onde será debatido o tema Saúde Mental do Profissional de Enfermagem.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3362

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Flora Petroski, ocorrido no dia 29/08/10, no Município de Guaraniáçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É justo prestar uma última homenagem a uma pessoa querida por todos. O falecimento da Sra. Flora Petroski abre uma lacuna que com certeza jamais será preenchida. Mulher que praticava somente o bem deixou uma marca que com certeza nem o tempo apaga. Ficará o seu legado, que os seus amigos e principalmente seus familiares haverão de dar sequência.

Grande mãe de família, repleta de doçura, deixou um exemplo magnífico de como se conduz uma família, e com muito esmero e disciplina criou suas cinco filhas. Esposa companheira e amiga, casada com o Sr. Eduardo Petroski, juntos construíram uma vida e souberam cativar simpatias e respeito de todos.

A Sra. Flora Petroski, sem dúvida, deixa saudade em nossos corações, e nos corações de todos que um dia puderam compartilhar da sua amizade, de seu carinho. Amiga, uma pessoa com um coração imenso, e católica fervorosa, era muito querida e conhecida por toda a comunidade, e tinha um grande poder e satisfação em ajudar ao próximo.

Mas a nossa fé cristã nos dá a força para a continuidade da nossa jornada. E é esta mesma fé que nos dá também a certeza de que dona Flora Petroski está ao lado de Deus, na morada eterna, e de lá, está olhando com muito amor para cada um daqueles que um dia ela amou e continua amando.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 3367

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. José Vieira de Godoy, ocorrido no dia 12/09/10.

Seu Juca, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Grande empresário paranaense, que fez história na indústria cafeeira. Marcou sua trajetória com empreendedorismo e dedicação a produtividade.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe, pois confia-

mos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo. A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3368

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Leonides Degraf, ocorrido no dia 16/08/10.

Sr. Leonides, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Empresário paranaense, que dedicou-se à mecânica e a administração de uma oficina, formado em Contabilidade, foi sindicalista e membro da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe, pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3370

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Dr. Dirceu Rodrigues, ocorrido no mês de setembro de 2010.

Dr. Dirceu, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade. Médico fundador do Departamento de Radiologia do Hospital de Clínicas do Paraná, que deixou um legado de dedicação à Saúde.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe, pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo. A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3372

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Alisson Cabral.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3373

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Antonio Mineiro de Andrade.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3374

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Salete Aparecida Chaves Delega.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3375

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Rosa Eizabete Schemberger.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3376

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Roseni Alves de Demunno.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3377

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Walkiria Domingos dos Santos Oliveira.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3378

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Tereza da Silva.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3379

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Elizabete Aparecida dos Santos.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3380

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Gerson Schwab.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3381

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Antonio Rodrigues dos Santos.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3382

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Alesandre Soares.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3383

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. José Antonio Aparecido.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3384

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Ivo Bittencourt.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3385

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. João Altair Ferreira dos Anjos.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3386

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Rodrigo Veiga.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3387

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Sebastião Carneiro Vargas.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3388

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Osiris José Kruguer.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3389

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. José Castorino Ferreira.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que é com grande tristeza que Ponta Grossa se despede de um grande agropecuarista: José Castorino Ferreira.

Sua vida em Ponta Grossa e Campos Gerais foi participativa, nos aspectos sociais e econômicos. Deixou uma lacuna difícil de ser preenchida. Mas seus familiares, com certeza, darão continuidade a suas obras.

REQUERIMENTO Nº 3390

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Wilson José da Rosa.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3392

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. João Davassi.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3393

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. João Harticof.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3394

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Maria Rita da Conceição.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3395

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Jailson Antonio Banik.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3396

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Wilson Gonçalves Melo.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3397

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. João de Almeida Maciel.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3398

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. José Hermogenes Moreira Justus.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3399

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Nelson de Oliveira Garcia.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3400

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Pedro Correia de Oliveira.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3401

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Emerson Valack.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3402

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Gines Antoniski.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3403

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Cândido Ferreira de Paula.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3404

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Nelson Chorobura.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3405

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do pequeno Lucas Gabriel de Souza Moreira.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3406

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do jovem Dalvan de Meira.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3407

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Vicente Vnausoski.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3408

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. José Scherer.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3409

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. João Maria D'Ávila Ferreira.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3410

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. João Francisco Gomes da Rosa.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3413

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Geraldo Pereira da Silva.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3414

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Odonel José Costa.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3415

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Benedito Boiko.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3416

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Michael Alosson Paes de Almeida.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3417

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Maurício Guilherme Pyl.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3418

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Florisval Ramos Bolu.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3419

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Nevair Santos da Cruz.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3420

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. José Domingos da Silva.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3421

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Maria Luíza Antunes Soares.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3422

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Eva Trosinski.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3423

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Amélia Biernaski Bocheco.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3424

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Maria de Lurdes Batista.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3425

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Irene Ziareski Carneiro.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3426

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Maria Helena Pereira.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3428

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Alcira de Jesus da Silva Bettin.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3429

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Ana Maria e Silva.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3430

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Leila de Fátima Neves.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3431

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Rosália Cavanhari.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3432

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Zilda Ribeiro Viana.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3433

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Otália Laves.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3434

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Euzébia Xavier.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3435

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Tereza Ferreira de Melo.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3436

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Isabel Cristina Taborda.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3437

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Rosa dos Santos.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3439

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a Liderança do Partido Progressista nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de pesar à família do Deputado José Mohamed Janene, empresário, pecuarista e político, falecido nesta terça, dia 14/10/10.

José Mohamed Janene veio com a família do Estado de São Paulo, estabeleceu-se na Cidade de Londrina, onde começou sua vida política. Foi eleito Deputado Federal por três mandatos.

Rogamos a Deus para que conforte a família nesse momento de profunda dor.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(aa) DUÍLIO GENARI, ANTONIO BELINATI, CIDA BORGHETTI e NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3442

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Teruki Higaki, cartorário aposentado, com 84 anos de idade, na Cidade de Curitiba, Paraná.

Teruki Higaki, grande batalhador, na sua profissão sempre direcionou o seu trabalho em prol do desenvolvimento da comunidade paranaense. Era filho do Sr.

Tadao Higaki e da Sra. Ayame Higaki e deixa a viúva Sra. Tetsuco Higaki.

Teruki Higaki deixa ainda 03 (três) filhas, Catarina Harue Yagueshita, Neide Yurie Watanabe e Elisa Midori Kondo e 06 (seis) netos.

À família enlutada os meus mais sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 3366

Senhor Presidente:

Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Luiziana pela comemoração, no próximo dia 25/09/10, do seu 23º aniversário.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Cláudio Pol, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Wilson Antônio Tureck bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Luiziana.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Não poderá haver dia de festa mais jubiloso do que no próximo dia 25 de setembro, quando o Município de Luiziana estará completando seus 23 anos.

Saudamos efusivamente o Sr. Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito e todos os Srs. Vereadores, desse importante Município, que vem sendo muito bem administrado por pessoas competentes cuja luta é inspirada pelo desejo de bem servir.

Rendemos nossa homenagem e manifestamos nossa gratidão a todos aqueles que continuam dando sua parcela de contribuição para o progresso do Município.

Que Deus ilumine seus administradores, pois os ensinamentos divinos sendo cumpridos fielmente sintetizam a maior expressão de dignidade e da afirmação da vida.

Ao contentamento do povo honesto e trabalhador de Luiziana, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, pois, estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da esperança no templo do progresso.

REQUERIMENTO Nº 3411

Senhor Presidente:O

Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de votos de congratulações e felicitações às autoridades e população do Município de Mercedes, pela comemoração do 18º aniversário da emancipação política e administrativa, no dia 13/09/10.

Graças ao trabalho, dedicação e visão de futuro da gente pioneira, que fez crescer e desenvolver aquela terra e sua gente. Mercedes, hoje com 18 anos é um Município integrado ao desenvolvimento do Oeste do Estado, e que tem um povo feliz, trabalhador, solidário e consciente de suas responsabilidades e direitos, que em conjunto com suas autoridades, desde sua fundação, são merecedores das mais entusiasmadas homenagens e aplausos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Parabéns Mercedes. Parabéns Mercedenses.

Requer ainda, seja oficiado às autoridade relacionadas, o teor da manifestação desta Casa de Leis, nas pessoas de: Vilson Schvantes DD. Prefeito Municipal e Vilson Martins DD. Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 3412

Senhor Presidente:

Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, de votos de congratulações e felicitações às autoridades e população do Município de Quatro Pontes, pela comemoração do 18º aniversário da emancipação política e administrativa, no dia 13/09/10.

Graças ao trabalho, dedicado e visão de futuro da gente pioneira, que fez crescer e desenvolver aquela terra e sua gente. Quatro Pontes, hoje com 18 anos é um Município integrado ao desenvolvimento do Oeste do Estado, e que tem um povo feliz, trabalhador, solidário e consciente de suas responsabilidades e direitos, que em conjunto com suas autoridades, desde sua fundação, são merecedores das mais entusiasmadas homenagens e aplausos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Parabéns Quatro Pontes. Parabéns quatro-pontenses.

Requer ainda, seja oficiado às autoridade relacionadas, o teor da manifestação desta Casa de Leis, nas pessoas de: Rudi Kuns DD. Prefeito Municipal e Ondi Afonso Kist DD. Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 3369

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. José Elmo Álvares Linhares.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. José Elmo Álvares Linhares, Diretor-Presidente do Hospital Santa Casa de Campo Mourão. Advogado de formação, presta relevantes serviços ao Município, cedendo seus conhecimentos em prol da comunidade. Como diretor da instituição,

realiza um trabalho altruísta e contínuo de humanização dos tratamentos realizados na instituição buscando atualização e aprimoramento nos serviços do hospital, tem em seus voluntários, a dedicação e empenho necessários para a realização plena de seus objetivos. Estimulando novas práticas de pesquisa e incentivando a comunidade a participar das ações que realiza, é fomentador da modernização do hospital.

REQUERIMENTO Nº 3371

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Dr. Adriano Ricardo Badotti Bittencourt.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Adriano Ricardo Badotti Bittencourt, formado em Medicina pela Universidade Federal do Paraná e Pós-Graduado em Medicina e Cirurgia Estética, membro da Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia Plástica Estética e da Associação Brasileira de Medicina Estética. Aplicando uma medicina ética e de resultados, oferece serviços médicos rápidos, seguros, eficazes e humanizados em sua área, sendo uma referência na sociedade. É um conservador e restituidor da saúde humana, destacando-se entre seus pares.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 415/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Cargolift, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Cargolift é associação sem fins econômicos, instituída pela empresa Cargolift S/A, juntamente com outros cidadãos com o objetivo de gerir as ações de responsabilidade social da empresa, especialmente na área de assistência social voltada à recuperação de viciados em drogas através do Projeto Ceifar.

O Projeto Ceifar teve início em 16/05/03, com o objetivo de abrigar e tratar pessoas que sofrem com a dependência química.

O instituto tem parceria com a Primeira Igreja Batista de Curitiba.

As ações, programas e atividades consistem em orientação emocional e espiritual, promoção da assistência social de caráter beneficente, ações voltadas à educa-

ção geral, cidadania, à responsabilidade socioambiental, à moral, à cultura, ao esporte e ao lazer e à aplicação dos princípios de fraternidade cristã, disseminação de conceitos de ética, cidadania, moral e bons costumes, promoção de atividades culturais e o combate ao uso de drogas.

PROJETO DE LEI Nº 416/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada de Doutor Alaor Prata Martins, a ponte sobre o rio Chopim, localizada entre os Municípios de Clevelândia e Mangueirinha.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/09/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O saudoso Dr. Alaor Prata Martins, nasceu dia 09/07/24 - Filho de Manoel Lustosa Martins e Maria da Luz Carneiro Martins.

Homenagem: Alaor Prata - Engenheiro de sucesso do Rio de Janeiro.

1º Grau: Escola Novo Ateneu - Hoje Faculdade de Direito de Curitiba; 2º Grau: Curso Pré-Engenharia - no Ginásio Paranaense - Curitiba; Escola Engenharia - Universidade Federal do Paraná, três anos; Escola Politécnica de São Paulo - Formando em 1958.

Casou-se com Maria Regina Mourão Moraes e teve uma filha: Regia de Moraes Prata Martins Vieira Severo e duas netas: Maria Paula e Roberta.

Ainda em São Paulo, atuou como engenheiro - chefe de distrito de obras de Cumbica (hoje aeroporto internacional).

APM - Início em 12/02/52.

Prata Martins e Nogueira

Pioneiro no Sudoeste onde executou muitas obras civis fazendo o desbravamento e consequentemente o desenvolvimento.

Fundador das Cidades de Galvão e Coronel Martins (Santa Catarina).

Planos Rodoviários de Renascença, Barracão, Santo Antonio, Capanema e Mariópolis, foram catalogados quilômetros e quilômetros de estrada juntamente com a atuação de Antonio Anibelli, traçaram o dimensionamento do futuro que é hoje.

Algumas iniciativas:

- Década de 50: responsável técnico da empresa Fontana Beltrão e Prata Martins Ltda.; Grupo Escolar Marrecas, em Francisco Beltrão; posto de puericultura em Barracão; delegacia, cadeia, coletoria estadual e posto de puericultura em Santo Antônio do Sudoeste; posto de puericultura em Clevelândia; Colégio Estadual João XXIII em Clevelândia; entreposto agrícola em Clevelândia e; cerca de 50% das obras públicas de Clevelândia;

colonização da Fazenda Pedra Branca da Saudade, em Xaxim, formando o Distrito de Coronel Martins, pertencente a São Domingos/SC; povoamento da Fazenda Galvão, também em Xaxim, deste povoamento nasceu o Distrito de Galvão transformado em 1962 em Município; autor e responsável técnico do projeto completo de águas e esgotos de Iporã - sociedade colonizadora em Engenheiro Beltrão; autor e responsável técnico do projeto de águas e esgotos de Anhambí (SP) através dos departamentos de obras sanitárias (SANESP).

Década de 60: delegado da atual SUDESUL no Paraná (planejamento regional de Pato Branco); primeiro Grupo Escolar de Ampére.

Década de 70: Conjunto Habitacional Silvana - primeiro difício com recurso do Sistema Financeiro de Habitação; várias escolas municipais durante a administração de Deni Schwartz; levantamento topográfico para o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), formado pelo Exército, em Beltrão; prédio do Fórum em Guarapuava.

Década de 80: Conjunto Residencial para Oficiais e Sargentos do Exército, em Cascavel, obra que envolveu até 380 funcionários; ampliada a agência do Banco do Brasil em Capanema (PR); prédio do centro de telecomunicações da TELEPAR, em Foz do Iguaçu (PR); Pato Branco - prédio do SENAC e reformas do Banco do Brasil; construção de agências do Banco do Brasil em São Lourenço do Oeste (SC), Clevelândia (PR), São Domingos (SC) e reformas na agência de Chapecó (SC); a agência do Banco do Brasil em São Miguel do Oeste (SC) numa parceria com a EMPRETEC; o conjunto habitacional do Banco do Brasil em Anchieta (SC); o entreposto da COPASA em Campo Mourão (PR); estruturação do escritório da COOPERALFA, em Chapecó (SC); construção de prédio para a fábrica de esmagamento de óleo e indústria de moagem de trigo em Chapecó (SC); entreposto da cooperativa SUDECOOP, em Medianeira financiado pelo Banco de Crédito Cooperativo; várias pontes para rodovias vicinais servidas pelo DER; armazéns graneleiros para a cooperativa de Santo Antonio do Sudoeste.

Outras conquistas: cofundador da estância hidro-mineral em Verê.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Pena que no ano que vem a Deputada Rosane Ferreira estará em Brasília defendendo o Paraná. Em se tratando hoje da última Sessão até o pleito eleitoral,

quando voltarmos ao trabalho muitos terão tomado um novo rumo na sua vida, quem sabe conquistando mandato de Deputado Federal como a Rosane Ferreira, alguns porque não estão pleiteando a eleição e outros porque receberão uma aposentadoria, que é a mais dolorosa, dada pelo povo, sendo derrotados pelo povo. É natural que nem todos os componentes desta Casa serão reeleitos. A partir do ano que vem o painel estará com a nova composição desta Casa. E o nosso desejo é que aqueles que estão pleiteando o voto do povo paranaense tenham pelo menos boa vontade de, se eleitos, comparecerem aqui para trabalhar. Não sei, tem Parlamentar que gasta até as calças numa campanha, gasta mais do que vai ganhar no mandato e depois tem uma preguiça danada de comparecer aqui para trabalhar. Não só aqui, mas em Brasília também. Aí o povo fica frustrado com a classe política, com toda a razão.

Mudou muito a situação. Teve um tempo que Deputado botava uma baita placa, quando fui Deputado aqui, o Lagana conhece, o Deputado botava uma baita placa de bronze no carro: "Deputado". Hoje, se o Deputado botar uma placa, na primeira esquina é capaz de ser apedrejado. A maioria prefere omitir até o mandato que exerce. A culpa é do povo? Não. A culpa é de quem se elege e depois vira as costas para o nosso povo.

Estava vendo o Coronel Furquim, ele correu este Paraná para viabilizar o que vamos votar daqui a pouco, que é a PEC nº 064 e que vamos falar. Temos que prestar uma homenagem àqueles líderes de entidades de classe, àqueles Parlamentares que trabalham e que dignificam o mandato que recebem do nosso povo.

Vou ler o e-mail do Geraldo Gonçalves de Oliveira:

Exmos. Srs. e Exmas. Sras. Deputadas. O Sindicato dos Peritos Oficiais e Auxiliares do Estado do Paraná, com a vênua devida e respeitosamente, encaminha a V. Exas. esta nova manifestação em anexo.

Encarecemos o envio de confirmação de recebimento.

**MANIFESTO DO SINDICATO DOS
PERITOS OFICIAIS E AUXILIARES
DO ESTADO DO PARANÁ
SINPOAPAR**

Exmos. Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Nós, membros da Polícia Científica do Estado do Paraná, por seu Sindicato dos Peritos Oficiais e Auxiliares da Polícia Científica do Estado do Paraná - SINPOAPAR, com sede nesta Cidade de Londrina, pelo seu atual presidente da Junta Governativa, vem pelo presente expor e ao final solicitar o que segue. Pela PEC Nº 064/09, esta colenda Assembleia Legislativa pretende corrigir uma inconstitucionalidade, que é a adequação da forma de pagamento dos policiais civis e militares, nas disposições do parágrafo 4º do artigo 39 da Constituição Federal. Sem dúvida alguma é uma iniciativa louvável e justa. Porém, o que não se observa na redação desta PEC nº 064/09, é a citação nominal dos integrantes

da Polícia Científica do Estado do Paraná, que consoante a Constituição do Estado do Paraná, artigo 46, inciso III e artigo 50, parágrafos 1º, 2º e 3º, do Capítulo IV, Da Segurança Pública, compõem juntamente com a Polícia Civil e Polícia Militar, os órgãos de Segurança do Estado do Paraná. Não há nenhuma razão para que os integrantes desta Polícia Científica sejam excluídos desta PEC nº 064/09, até porque é esta nossa Constituição Estadual que preceitua no seu Capítulo II, artigo 33, parágrafo 1º: "A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes de sistema remuneratório observará," e no inciso VI: "tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajuste ou outros tratamentos remuneratórios ou desenvolvimento nas carreiras." (destaques e grifos nossos). Ainda argumentando, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a Constituição Federal, no Capítulo VIII - Da Administração Pública, no artigo 39, parágrafo 8º explicita: "A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do parágrafo 4º." E alude o parágrafo 4º: "O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no artigo 37, X e XI." Compomos o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná, instituído pela Lei Estadual nº 14678 de 06/04/04, na forma definida pelo parágrafo 1º do artigo 1º desta lei, que dispõe: "As carreiras do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, são fundamentadas nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público, na forma do artigo 33, parágrafos e incisos da Constituição Estadual." Assim, é este o supedâneo do nosso direito à nossa inclusão nesta PEC nº 064/09, não só por se tratar de mandamento "constitucional federal e estadual (CF 39, parágrafo 8º, com parágrafo 4º e na CE 33, parágrafo 1º), mas também por ordem da Lei Estadual nº 14678, aprovada por esta egrégia Casa Legislativa. Finalmente, Srs. e Sras. Parlamentares, o Supremo Tribunal Federal, neste mesmo tempo cuida da apreciação da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão - ADO - 6, proposta pelo DEM, que em seu bojo discute a legalidade ou não da modalidade de remuneração por subsídio para os policiais militares, sendo certo porém, consoante às manifestações da Procuradoria Geral da União e do Ministério Público Federal, ser este um direito garantido constitucionalmente aos servidores civis da União, dos Estados e dos Municípios. Justamente para defesa de tal direito constitucional consagrado é que o SINPOAPAR - Sindicato dos Peritos Oficiais e Auxiliares do Estado do Paraná - providencia a sua admissão, na qualidade de amicus curiae, nesta ação que, como vimos, versa sobre

este mesmo tema e está em trâmite no Supremo Tribunal Federal. Concluindo esta justa manifestação, os peritos oficiais e auxiliares do Estado do Paraná: peritos criminais, médicos legistas, químicos legais, toxicologistas e auxiliares de necropsia, esperam e anseiam que esta Casa de Leis, por ser de justiça, promova, na redação final desta PEC, a nossa inclusão.

Sendo a Assembleia Legislativa do Paraná a Casa de todos os paranaenses, e sendo da sua fundamental missão e promoção da igualdade de direitos através das leis, é que mantemos acesa a nossa esperança de justiça.

Cópia deste e-mail foi também enviada a todos os Institutos de Criminalística e Institutos Médicos Legais do Paraná, a saber: Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama e União da Vitória.

(a) GERALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO

Perito Oficial Aposentado

Presidente da Junta Governativa do Sindicato dos Peritos Oficiais e Auxiliares do Estado do Paraná - SINPOAPAR

Passa a usar o horário da Liderança do PP

E-mail, de Soraya Simon, da Sociedade Protetora dos Animais de Curitiba:

Prezados senhores, vimos por esta solicitar novamente seu apoio pela derrubada do veto do Governador do Paraná, Sr. Orlando Pessuti, à lei estadual que proíbe a manutenção e apresentação de animais em circos, lei aprovada por todos os senhores em Plenário na Assembleia Legislativa em julho deste ano.

Temos certeza que o Sr. Governador não tem entendimento do que realmente envolve a utilização de animais em circos. O seu veto se opõe à promoção do respeito e compaixão por seres sensíveis que vivem aprisionados, sofrendo agressões, mutilações, automutilações causadas pelo enorme estresse a que são submetidos, forçados a uma vida totalmente aversa à sua natureza, além do risco que acabam apresentando à população quando se rebelam pela forma como são mantidos, atacando a audiência durante espetáculos ou escapando de suas jaulas.

Não há lado positivo na utilização de animais em circos. A beleza dos circos está no talento humano, não no sofrimento e exploração dos animais. Não há como haver divertimento às custas do sofrimento alheio!

Por favor, não permitam que esta prática retrógrada e criminosa continue a acontecer em nosso Estado!

Seria o projeto de utilização dos animais em espetáculos de circo. Isso pegou quase que moda no Brasil, em várias Cidades, proibir o uso de animais nos espetáculos de circo.

Isso é coisa de assessoria. Um Parlamentar muitas vezes não tem tempo de ler detalhadamente um projeto e acaba vetando, e aí a Sociedade Protetora dos Animais está fazendo aqui um apelo para que o veto do Governador Orlando Pessuti seja derrubado.

O que quer a Sociedade Protetora dos Animais? Que seja, de fato, proibida a utilização de animais nos espetáculos de circo em todo Estado do Paraná.

E-mail da Fernanda Cequinel, da AMAI:

Bom-dia Sr. Deputado!

A Associação de Defesa dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas - AMAI, assim como toda a classe dos policiais e bombeiros militares, contam com a sua presença, hoje (14/09), na Assembleia Legislativa do Paraná, para votação da PEC nº 064/09 em segundo turno, assim como o seu voto favorável.

Estamos certos que poderemos contar com o seu apoio!

E-mail do Fernando Gapski:

Dignos Deputados do Paraná:

Me dirijo aos senhores e senhoras para solicitar as V. Exas. apoio à Polícia Militar do Estado no sentido de comparecer à ALEP e votar a favor da PEC nº 064, a qual trata da forma de pagamento como subsídio a carreira dos policiais militares civis e advogados do Estado. Caros senhores, nós policiais do Estado queremos cumprir cada vez melhor nossa árdua função de prover a Segurança Pública da população paranaense, como nos manda o texto constitucional, porém muitas vezes nos vemos desamparados pelo Poder Público que não nos dá condições dignas de sobrevivência, o que acarreta a todos os policiais uma jornada dupla de trabalho e uma sobrecarga emocional muito grande, pois também somos cidadãos paranaenses com família, filhos, contas a pagar, etc.

Deste modo solicito, e desde já agradeço, apoio à PEC nº 064, que pelo que entendemos nos dará mais dignidade e tranquilidade para exercermos cada vez melhor e com mais disposição nosso compromisso para com todos os paranaenses.

Em nome dos aproximadamente 40 mil policiais (militares e civis, ativos e inativos) e seus familiares, agradeço e peço a Deus que os abençoe nesta nobre e digna missão de legislar em prol da sociedade paranaense.

O nosso apoio está dado, mais do que dado. Vamos votar, acho que não vai ter nenhum voto contrário à essa PEC nº 064, é a minha intuição, e daqui a pouco acho que poderemos comemorar.

E-mail da Tatiane, também assinado aqui pelo Presidente da AMAI, Coronel Elizeo Ferraz Furquim:

A Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas - AMAI, através de seu presidente Coronel PMPR Elizeo Ferraz Furquim, agradece o Ilmo. Deputado pelo empenho que vem sendo desenvolvido na perspectiva da PEC nº 064, e mais uma vez vem contar com o seu apoio, tendo a certeza que não vai falhar na votação que estará em pauta no dia 14/09/10, as 15h.

Esse Coronel é danado, ele já está jogando um confete aqui nos Deputados, já está agradecendo antecipadamente que vamos votar a favor da PEC nº 064. Isso que é habilidade!

Sr. Presidente, nossa homenagem a todos que lutaram para que essa PEC nº 064 fosse viabilizada. É uma PEC para corrigir uma injustiça que se praticou contra os Soldados, Praças, bombeiros da PMPR, e no curso das discussões se incluiu aí vários segmentos da Polícia Civil. Incluiu-se também advogados da Assembleia Legislativa e advogados do Estado, do Poder Judiciário. Então, a PEC foi muito ampliada. Mas a raiz desta PEC, Professor Lemos, que é o cabeça das assinaturas da PEC, também assinei como coautor, esta PEC acho que é a maior homenagem, sobretudo aos Soldados, Praças, bombeiros, e presto também uma homenagem às esposas dos policiais. Porque no momento em que a lei da mordida funciona contra o policial - é o único segmento que não tem liberdade neste País, o policial, ele tem que ficar com esparadrapo na boca, se abrir a boca para lutar pelos seus direitos ele é punido. Sanções pesadas. É lamentável. Num País democrático como o nosso, é o único segmento. Deputado pode fazer greve, não aparecer para trabalhar, todo e qualquer segmento, mas o policial não pode fazer greve, é proibido de reivindicar seus direitos, os mais nobres, os mais justos - então foram para a rua as esposas dos policiais.

Faço um registro especial à eterna Vereadora de Londrina, a Vera Rubbo, homenageando-a como uma grande guerreira. Nesta parada correu várias Cidades do Paraná, muitas vezes sem dinheiro para pôr gasolina no carro, como vários policiais fizeram. Estive em várias reuniões que o Coronel Furquim organizou.

Então, no momento em que não temos dúvidas, pela nossa experiência e pelo tempo que estamos nesta Casa, daqui a pouco quando for votada esta PEC, na minha intuição não haverá nenhum voto contrário. Ela será aprovada. Mas graças à mobilização de todos os setores interessados. Se não tivesse havido mobilização, é provável que esta PEC continuasse engavetada. Este direito jamais seria implantado.

Parabéns a todos que tiveram a coragem de encampar esta grande bandeira; como destaquei aqui a Vera Rubbo, os policiais civis, agora os advogados da Assembleia, do Poder Executivo, do Poder Judiciário, nossa homenagem a todos.

É fundamental, sempre, que o povo se mobilize. Um povo mobilizado é sempre quase que uma garantia de vitória das suas lutas, das suas reivindicações. É uma justiça que está se fazendo aos advogados da Assembleia, do Estado, do Judiciário, à Polícia Militar, ao bombeiro, ao Soldado, ao Praça, à Polícia Civil, nosso apoio, nossa homenagem. E até a expectativa de que chegue um dia que não haja necessidade de fazer mobilização. Que os direitos do policial civil, do policial militar, do servidor público, sejam automaticamente concedidos, sem a necessidade do servidor ter que ficar agradando Deputado, ter que percorrer gabinete. Muitas vezes o servidor

não tem dinheiro, não tem tempo ou não pode se deslocar do interior para vir conversar com o Deputado.

Tomara que chegue um dia em que esses direitos sejam sempre concedidos ano a ano, porque a perda que o policial civil, que o policial militar, que os advogados, que vários segmentos, o servidor público sofreu ao longo dos anos, foi uma perda salarial muito grande. O ideal seria até irmos mais longe com esta PEC nº 064: mandar pagar retroativo aquilo que o Governo não pagou e que tinha obrigação de pagar ao policial militar, ao policial civil, ao advogado, ao servidor do Estado. Entretanto esta é uma outra questão a ser jogada mais para frente.

Mas hoje nossa homenagem a todos os que prestam com amor, com garra, com competência o seu trabalho, seu serviço na Polícia, no serviço público, como advogado ou nos mais diferentes segmentos.

Esta Casa encerra hoje este período de Sessões. Entendi por quê V. Exa. aquiesce, concordou que parassem hoje as Sessões: para evitar o uso desta Casa por parte de todos nós, Parlamentares, uso que poderia ser encarado pela Justiça Eleitoral como indevido, quem sabe acusar algum Parlamentar de estar extrapolando com aquilo que a lei eleitoral permite. Daí esta preocupação que V. Exa. teve de parar por duas semanas as Sessões, voltando no dia 04. Mas a Assembleia no dia de ontem viveu um dia de glória e vive outro dia de grande glória, porque está devolvendo, a quem tem direito, um direito que não foi dado por muitos anos e que daqui a pouco, com a benção de Deus, haverá de ter acesso ali ao lado do nome de cada Parlamentar o SIM pela aprovação da PEC nº 064. As nossas homenagens a todos!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas corrigindo, Deputado Belinati. A decisão de que encerrássemos num período pré-eleitoral as Sessões hoje foi de todas as lideranças, sem exceção, de todos os líderes da Casa, e a Mesa aquiesceu a esse pedido, que considera justo.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Mas se V. Exa. não concordasse, evidentemente teríamos Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Democrata como sou, não deixaria de lado isso.

Quero registrar, com satisfação, a presença da Escola Desafio, de Ponta Grossa. Sejam bem-vindos à nossa Casa!

Segundo orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Anibelli.

Deputado Antonio Anibelli (PMDB)

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

V. Exa. tem razão quando diz que o Plenário é soberano. Por isso as lideranças de todos os partidos se

reuniram ontem para copiar da Câmara dos Deputados esses 15 dias que antecedem a eleição, para que os Deputados candidatos à reeleição possam promover as suas campanhas.

Vemos na galeria de honra, anunciado por V. Exa., a Escola Desafio, de Ponta Grossa. A inocência é maravilhosa! Que bom que esses jovens visitam a Assembleia junto com seus professores e aprendam que aqui a Casa é do povo. No Poder Legislativo as leis são feitas para melhorar as condições de vida da população paranaense e não aquilo que às vezes muitos criticam os Srs. Deputados. Aqui todos os 54 e todos os que passaram por esta Casa procuraram fazer o bem, sendo que muitos não conseguiram atingir os seus objetivos, mas quando o povo reelege ou elege têm a melhor das intenções.

Por isso, Sr. Presidente, venho nesta tarde em que teremos a votação da PEC para aqui estar presente, e trago um projeto que neste final de mandato resolvi apresentar, para que a população paranaense e curitibana não seja roubada 24 horas por dia, como tem sido ultimamente. Vemos a instalação de sinaleiros multadores, de sinaleiros colocados atrás de árvores e atrás de postes para pegar os motoristas que avançam o sinal ou param na faixa, sem condição nenhuma de a pessoa poder se precaver. Muitas vezes se vem em uma velocidade normal e o sinaleiro fecha de repente, você é obrigado a frear e assim ser atingido na parte traseira do seu carro por algum outro que venha, sem saber que o sinal irá amarelar ou irá avermelhar. Por isso me inspirei no Rio de Janeiro para apresentar este projeto, porque lá já há lei que regulamenta a aplicação desses radares, porque não podemos ter sinaleiros que fechem abruptamente. Terão que ser sinaleiros novos que diminuem de seis, cinco, quatro, três, dois, um até chegar no amarelo. É uma novidade.

Não podemos ser vítimas, apesar de tantos impostos que pagamos, de fiscais de CIRETRANS, fiscais de empresas particulares, ou da Prefeitura de Curitiba, porque sem você saber dizem que você está no celular, que você está sem o cinto, que você está conversando com o vizinho do lado, com criança no colo atrás sem cinto. Quer dizer, tudo é válido, tudo é necessário se for para salvar uma vida.

Temos um projeto de lei que foi apresentado por mim há muitos anos e que se tornou lei, que era obrigatório o Estado ou o Município fazer uma lombada em frente às escolas de todos os graus do Estado do Paraná, do interior ou da Capital. Lombadas, estas sim salvam vidas. Sabemos que se todas as lombadas construídas salvassem uma vida, este meu projeto, esta minha lei, terá valido a pena sim, porque salvamos a vida de uma criança ou de um professor.

Então, sabemos da indústria de multa que se tornou. Existe uma empresa em Curitiba que é a única dona do mercado. Claro que o Município arrecada, o Estado arrecada, mas não podemos, na vontade de arrecadar, destruir as pessoas. A pessoa dona de um carro pequeno,

de um carro simples, que às vezes é difícil de pagar o IPVA, e vemos o Estado se omitir na emissão de cobrança do IPVA, e mais de 30 ou 40% ficou sem pagar por culpa do órgão do Estado, da Secretaria da Fazenda.

Vemos agora a emissão do seguro obrigatório novamente, e este mês já começou a cobrança, Srs. Deputados, a maioria da população, tenho certeza, não irá pagar o seguro obrigatório, porque não tem conhecimento. E já pensou qual será a consequência da não cobrança desse seguro obrigatório? Será no acidente o não pagamento das despesas hospitalares, a não despesa de seguro que cobrirá a morte, o enterro de pessoas que não têm condições de fazê-lo. Então, essa indústria de multa, queremos torná-la mais correta. E acho que esta Casa, tenho certeza que esse projeto virá à votação após as eleições, e daí teremos, com muita satisfação, tenho certeza, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que iremos votar e acabar com essa indústria.

Ficam as empresas responsáveis pela instalação de equipamentos destinados a multar eletronicamente por avanço de sinal, proibidas em todo o território do Estado do Paraná, a instalar os mesmos em sinais de trânsito que não possuam temporizadores digitais. Este é o projeto.

Peço que a imprensa dê cobertura, porque é coisa em favor da população curitibana e a população paranaense. Por isso, Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. o tempo, e digo aos Srs. Deputados: estamos prestando um grande serviço à população de Curitiba e à população do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes quero saudar os nossos visitantes, que vieram já na parte da manhã por conta de uma Audiência Pública, promovida pelo Deputado Elton Welter, sobre economia solidária. Quero parabenizar o Deputado Elton Welter, porque a economia solidária é a base da nova economia. A economia que queremos para o futuro. A economia que não visa apenas lucro; que não visa apenas explorar o ser humano; a economia que pretende ter uma condição de igualdade naquilo que entendemos ser o melhor para o ser humano.

Temos experiências extremamente interessantes no Brasil todo. Alguns casos, inclusive, de moeda, como é o caso de Palma. Outras experiências estão surgindo todos os dias. Para quem não conhece a economia solidária, parece um segmento menor da economia, quando na verdade é o segmento maior. Hoje mais de 20% da economia toda no Brasil é movida, direta ou indiretamente, por esse segmento que se consignou como economia solidária.

Temos experiências extremamente interessantes, profícuas e luminosas, como é o caso do banco de microcrédito, que é o Banco de Bangladesh. Acho que foi o primeiro banco, em toda história da humanidade, a fazer empréstimo para pessoas pobres, para pessoas que não apresentavam condições de fazer os pagamentos, mas condições sociais de fazer. E o mais interessante é que são empréstimos feitos para mulheres, porque aqueles que conhecem economia entendem que a mulher, nesse caso, é a responsável e a mais interessada em ter esse crédito reproduzido. Estamos aprendendo a fazer e aprendendo a conhecer.

Parabéns a todos que estão aqui hoje. Espero que a economia solidária seja a próxima economia, a economia do terceiro milênio, que produzirá igualdade, fraternidade e nos transformará num País grande, rico e com igual distribuição de renda.

Faço também uma referência ao dia 21 de setembro. No dia 21 o Governador Orlando Pessuti irá assinar um projeto, depois de 21 anos de espera, desde 1991, para que tenhamos, de fato, instalada a Defensoria Pública no Estado do Paraná. É um marco histórico para o Paraná. É a condição mais objetiva para que possamos ter acesso ao direito. E ainda este ano teremos o primeiro concurso para que, a partir do ano que vem, instalemos fisicamente a nossa tão sonhada - que será o divisor de águas - Defensoria Pública. Então, no dia 21 daremos um passo gigantesco na caminhada para que o Estado do Paraná faça aquilo que achamos que é dever de todo Estado: promover a igualdade.

Vou usar o horário do PT, Sr. Presidente.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Como é de conhecimento de todos, o Deputado Luiz Claudio Romanelli fez ontem a convocação para que estivéssemos na manhã de hoje presentes na sala das comissões, nós que somos integrantes daquela Comissão Especial, para fazer a análise da constitucionalidade da PEC nº 022/10, que ficou consignada como a PEC que proíbe ou limita, aqui na Assembleia Legislativa, a reeleição da Mesa Diretora.

Tanto o Deputado Plauto, eu e depois o Deputado Duílio Genari, tivemos o entendimento, por conta de uma série de alterações feitas no substitutivo apresentado pelo Deputado Traiano. Nesse substitutivo, inclusive, duas emendas foram feitas por V. Exa. e pelo Deputado Marcelo Rangel, com a Bancada do PPS, mais duas. Houve parcialmente um acolhimento dessas emendas. Esse foi o relatório do Deputado Traiano. Continuamos tendo a eleição por chapa, a impossibilidade de candidaturas avulsas e continuaremos tendo a possibilidade de reeleição da Mesa Diretora, desde que não seja para o mesmo cargo. Não iremos respeitar o princípio da maior bancada, portanto, daqueles que por uma questão política têm também a responsabilidade da sustentação a determinados projetos.

Por conta de todos esses questionamentos que foram feitos, nós, de comum acordo, entendemos que era melhor, tanto o Deputado Plauto como eu e o Deputado Duílio, que pedíssemos vistas do parecer do Deputado Ademar Traiano e que, após esse período das eleições do dia 3 de outubro, possamos retornar e tentar uma situação que obviamente possa contemplar, se assim entender a maioria, o relator, mas que também não saia daquele princípio da PEC. Há margem para que consigamos chegar a um consenso, mas este não pode perder o centro do debate. Qual é o centro do debate? Primeiro, que as bancadas têm que ser representadas pelo seu tamanho. Segundo, que devemos ter aqui, no próximo período, um novo processo.

Acho que a Assembleia passou por uma série de modificações e alterações, que bem lembrou hoje o Deputado Romanelli, não só a Lei nº 16390, mas se eu não estiver enganado com o número, é a 15622 também. São leis que foram aprovadas nesta Casa, que modificam as relações internas. A partir do mês de janeiro todos os cargos comissionados, sem exceção, serão exonerados e posteriormente recontratados, aqueles que houver condições para que sejam recontratados. Mas dentro de um processo de uma Assembleia diferente, porque temos um tempo diferente. Acho que foi todo esse esforço que foi feito, fruto de uma série de ações, que culminou com algumas dessas ações individuais. E coletivamente vamos ter o saldo nos próximos anos.

Temos ainda outros projetos para serem votados, como um projeto que limita, Sr. Presidente, o número de integrantes das comissões e que esse número seja por concurso público. Temos o concurso público que deverá ser feito.

De qualquer forma entendemos que não poderíamos dar sequência à PEC, porque ou derrotávamos o parecer do Deputado Ademar Traiano e aí, necessariamente, teria que ter outro relator, ou mesmo o substitutivo derrotado teria que vir a Plenário o projeto original. Mas sabendo que o projeto original ou qualquer outro, sabemos que uma PEC para ser aprovada precisa de acordo entre as diversas bancadas e os diversos Deputados do Plenário, afinal são 33 votos e hoje nenhuma bancada, individualmente, consegue, seja de Oposição ou de Situação, fazer com que seja feita a sua exclusiva vontade, até porque não é bom. Temos um espaço para o debate e acho que para amadurecer esse processo. É claro, é bom que tenhamos uma PEC apresentada de uma forma e depois, por razões de entendimento e obviamente que de interpretação do relator, vir a Plenário a PEC completamente diferente daquilo.

Então, por uma questão de bom senso, entendemos que era melhor que tivéssemos um tempo para isso, esperar passar o processo eleitoral. Vamos ter a possibilidade de uma nova configuração da Assembleia Legislativa, maior ou menor, não sabemos, mas certamente será um pouco diferente, porque alguns Deputados não concorrem.

Mas, teremos condições de fazer esse debate e, com calma e tranquilidade, termos uma regra que possibilite a todos nós que estávamos contemplados.

Deputado Douglas, lhe concedo o aparte.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Obrigado. V. Exa. fala a respeito da alteração do projeto que emenda a Constituição, alteração da configuração da nova Mesa Diretora. Tem uma emenda, várias outras, e a nossa preocupação é com relação à não reeleger o Presidente, por exemplo, seja ele quem for. Podem ser V. Exa., o Deputado Caíto o 1º Secretário e o Rossoni como 2º Secretário; esses três não poderiam concorrer novamente para esses mesmo cargos. É isso?

O SR. TADEU VENERI (PT)

Correto. Este tem sido um dos pontos que preferimos pedir vistas para discutirmos melhor, porque pela PEC apresentada isso é possível. A emenda corrigiria essa preocupação. O Deputado Elio Rusch veio na mesma direção, que tivéssemos a Mesa Diretora, que ela não pudesse fazer uma troca de posição. Isso não está contemplado na PEC. Pedimos vistas para que possamos sentar, todos, e ver a melhor solução. Tivemos aqui quase 30 anos - não é segredo para ninguém - muitas vezes uma troca de posições na Mesa Executiva, quando o Deputado Anibal Khury era Presidente. Claro que por razões que não cabe discutir, mais que geraram uma série de situações posteriores e que acabaram mais tarde criando parte dos constrangimentos que estamos vivendo hoje. Isso não é segredo para ninguém.

O que estamos dizendo é que é preciso que se trabalhe com a possibilidade de todos os Deputados que queiram, ou que seus partidos queiram, poderem participar individualmente, ou chapa completa ou não, mas que possamos abrir essas relações. Como essa emenda que V. Exa. apresentou não foi contemplada, achamos por bem aguardarmos e depois fazermos esse debate melhor.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

O fato de não ser contemplada a nossa emenda, qual foi o argumento utilizado?

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sinceramente, não posso lhe responder, porque esta é uma resposta que tem que ser dada pela relator. Dentro da sua legitimidade também fez um relatório que entendeu ser o melhor relatório e que mais se aproxima daquilo, talvez, que esteja também nas outras Assembleias de outros Estados, não sei. Mas prefiro não entrar no mérito. Acho que vamos, com maturidade e com calma, tentar encontrar uma solução. Até porque da forma como está não me parece que resolva absolutamente nada. Como está, retornamos a 2003. Aí não precisaríamos nem ter feito alteração. Aliás, o Presidente Nelson Justus foi quem anteriormente introduziu uma proposta de proibição da reeleição em 1996, 1998, por aí.

Foi posteriormente derrubada, ou seja, ficamos durante um bom período, inclusive em contradição com o que determina a Constituição Federal.

Então, estamos tentando retomar com alguma situação a mais para que possamos fazer esse debate com a sociedade, com os Deputados, com calma, com tranquilidade, mas com uma situação objetiva que possamos oferecer a nós, Deputados e Deputadas, e à sociedade, uma alternativa real, que não seja apenas algo cosmético, mas que seja mais profundo, e acho que algo mais profundo se trata de algum tempo e de resolvermos isto.

Eram estas as considerações. Obrigado, e mais uma vez quero aqui ressaltar que no dia 21 estaremos todos trabalhando, aqui ou fora, possivelmente, depois de 19 anos teremos a assinatura do projeto de lei que será encaminhado a esta Casa, será votado por estes Deputados ainda, em outubro, para que tenhamos a Defensoria Pública, e acho que será um dia histórico para esta Casa e para todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sem dúvida.

Com a palavra o Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, nesta manhã tivemos uma Audiência Pública sobre a economia solidária, e de fato esta Casa está com o projeto que regulamenta e define a política estadual para a economia solidária, e V. Exa. já colocou na pauta, inclusive em Sessão Extraordinária no dia de hoje.

É um anseio, é uma lei oriunda do apelo popular que era articulado através das Conferências de Economia Solidária que foram realizadas nos Municípios, no Estado e na União, com todo um planejamento de políticas públicas para consolidar as políticas de economia solidária em todos os Estados da Federação. Já há uma orientação do Governo Federal neste sentido e elas são aplicadas naturalmente nos Municípios.

Esta Casa certamente votará uma lei que é muito importante, que vai incluir mais gente, vai distribuir renda, vai fazer com que haja uma melhor condição de vida às pessoas. A economia solidária é uma nova política que está se consolidando no País e no Estado, e certamente esta lei que vamos votar hoje será uma lei que vai pegar, ela é muito importante, porque a sociedade já percebeu que precisa se apropriar das políticas que são anunciadas pelos Governos Federal e Estadual para que isso se consolide com o tempo, independentemente de quem for Governo.

Por isso, a Frente Parlamentar que foi criada aqui, a Frente Parlamentar da Economia Solidária, que tem mais de uma dezena de Deputados que fazem parte dessa Frente que eu presido, teve essa Audiência Pública na manhã de hoje e foi uma reunião muito proveitosa, muito importante, com testemunhos de muita gente que já trabalha com as políticas de economia solidária.

Portanto, parabéns à todas as entidades, às pessoas que vieram a esta Audiência Pública, e certamente todo esse debate que é feito só gera felicidade para as pessoas, porque a ideia das políticas públicas, seja de economia solidária ou outras, é melhorar a condição de vida das pessoas, e este Parlamento dá um exemplo, mais uma vez, de que quer integrar, debater políticas de forma continuada para que elas sejam aperfeiçoadas no futuro. Neste sentido esta Frente Parlamentar, Deputado Greca, V. Exa. que faz parte dessa Frente, Deputado Péricles que participou da Audiência, Deputados Elio Rusch, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Enio Verri, Antonio Belinati, que também faz parte dessa Frente Parlamentar, essa Frente vai ser muito atuante, certamente, nos próximos anos, é fundamental, porque é uma nova forma de gerar economia, de gerar renda, e o Poder Legislativo e o novo Poder Executivo, independente de quem ganhar as eleições, tem que tocar essas políticas.

Portanto, votar esta lei hoje já é um sinal muito claro do que deseja o Poder Legislativo, as forças políticas desta Casa.

Estou muito contente que foi criada esta Frente Parlamentar, estou contente também que o Governador Pessuti mandou esta mensagem para cá criando esta lei da economia solidária, que vai dar diretriz e vai fazer com que a sociedade se aproprie das políticas e que o planejamento das Secretarias afins mande recursos, já no orçamento do Estado, para que as políticas ligadas à economia solidária se consolidem, facilitando assim a vida, melhorando a renda de muita gente aqui no Estado.

Portanto, esta Frente Parlamentar já teve essa Audiência no dia de hoje e certamente já remetemos para várias ações futuras que serão realizadas por esta Frente.

Sr. Presidente, para concluir, o que o Traiano fez - eu ontem fui até meio duro na tribuna - ele desfigurou a intenção do princípio da lei. Portanto, acho que tomaram juízo, quem é membro da comissão, se a ideia do relator foi de desconstruir o projeto ele conseguiu, mas do jeito que estava não dava para votar, tinha que rejeitar o relatório. Acho que tem que fazer outra redação obedecendo a vontade das forças políticas, dos partidos políticos aqui. Certamente por princípio esta Casa quer a desconcentração do Poder, o senhor sabe, Presidente, o senhor está passando por isso, está pagando muito caro, e queremos, com esta PEC, fazer com que valha a força política dos partidos políticos, de acordo com o tamanho das bancadas, e que haja o revezamento do Poder aqui neste Legislativo. Essa foi a intenção de mais de 30 Deputados que subscreveram esta PEC. Lamento que o Deputado Traiano tenha feito uma redação que desfigurou o princípio original de mais de 30 Deputados desta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiramente, antes de entrar no assunto que me traz a esta tribuna, quero registrar nos Anais desta Casa que agora neste sábado, dia 18, às 3h da tarde, Curitiba terá um grande evento: o retorno do Coritiba Foot Ball Club para o Couto Pereira. Retornamos para a nossa casa e espero que seja um retorno em grande estilo, espero que a torcida tenha tido um grande aprendizado de como se pautar, como se comportar num estádio. Por causa de duas, quem sabe uma centena de pessoas, milhares de pessoas ficaram tolhidas e o Coritiba teve que fazer 10 jogos fora de sua casa. Mesmo assim chegamos bem e em condições de retornar à 1ª Divisão. Isso é bom, porque o esporte dignifica, harmoniza a sociedade e é uma forma de equilibrarmos nossas energias. Parabéns ao Coxa, que seja um retorno à altura que a sua torcida merece.

É por outra razão que estamos aqui. Tenho andado muito, estamos em plena campanha e tenho caminhado em muitas Cidades da Região Metropolitana. Há cerca de dois ou três meses subi nesta tribuna para falar das disparidades entre os Municípios da Região Metropolitana. A nossa gloriosa e maravilhosa Curitiba, quando saímos dela para qualquer um dos ângulos, em 30 minutos já não se reconhece nada mais da nossa Capital no entorno dela. Este é um dos grandes desafios do próximo Governo: fazer com que as Cidades se desenvolvam com mais igualdade, fazer com que os moradores da grande Curitiba tenham uma vida com a qualidade que os curitibanos da gema já têm. Temos caminhado por aí e o que encontramos é realmente uma grande angústia da população em torno do tema Segurança Pública. Impressionante, há quatro anos atrás, quando fiz a minha campanha, a primeira queixa sempre era em torno da Saúde, de questões ambientais, mas hoje é Segurança, Segurança, Segurança.

Esta noite foram assassinados mais seis jovens e a Região Metropolitana de Curitiba muitas vezes é a primeira das regiões onde mais morrem jovens assassinados, jovens de 18 a 24 anos, quase todos envolvidos com narcotráfico, quase todos envolvidos com a questão da dependência química.

Tenho dito nas minhas falas por aí que em relação à Segurança temos quase tudo por fazer, de A a Z. A primeira questão que nos cobram é mais Polícia, mais viaturas, mas quanto de mais Polícia, de viatura, vamos ter que ter para coibir o avanço da violência? Quantos presidiários hoje? Quantos são os mandados de prisão já expedidos sem condições de serem cumpridos porque não temos lugar para colocar tanta gente? Sem contar que o nosso sistema penitenciário é cruel, não socializa ninguém.

Tenho estudado, tenho discutido com as pessoas, tenho ouvido o que as pessoas falam e realmente acho que tem tudo a se fazer. E acho que começa pela nossa política externa. Talvez cometa até algumas gafes neste

pronunciamento, mas tem algumas coisas que eu não me conformo. Acho interessante o Presidente Lula, são inegáveis os avanços do nosso País. Interessante o Presidente Lula ter um relacionamento muito bom com os Países da América Latina. Mas todo mundo sabe que a cocaína que invade, que inunda a nossa sociedade tem origem. Todo mundo sabe que as armas, hoje, um montante imenso de armas que estão nas mãos das pessoas, dos ditos marginais, e que ceifam as nossas famílias, que matam os nossos jovens, tem origem e chegam pelas nossas fronteiras. A nossa política externa, o nosso policiamento de fronteiras tem que ser retomado e com urgência. E também tem que ser discutido com esses Países uma forma diferente de viabilizar a vida, seja na Bolívia, no Paraguai. Não é possível que não se tenha outro método de economia que não seja produzir armas, produzir coca. Temos que rediscutir isso.

Uma coisa que também tem me causado inquietação, sou do Partido Verde e quando falamos de Exército, de Forças Armadas, de Polícia, o pessoal meio que olha e acha estranho uma Deputada do Partido Verde ter algum posicionamento cauteloso com relação à disciplina. Mas tem uma outra coisa que tem me incomodado: ano passado se alistaram no Exército 171 mil jovens. Desses, 43 mil foram absorvidos, 160 mil dispensados, e desses a metade queria servir o Exército. A metade queria servir o Exército. E hoje vemos na situação da dispensa uma questão só econômica. Na Lapa os Soldados estão sendo dispensados na sexta-feira pela manhã para economizar a marmita do almoço. E hoje o salário de um Soldado, de um menino desses de 18 anos do nosso Exército é R\$ 560, uma ajuda de custo. No nosso sistema penitenciário é R\$ 700 em média o custo de um presidiário. Tem alguma coisa errada. Não quero alistar todo mundo no Exército, na Aeronáutica e na Marinha, mas queria muito defender uma proposta de que todos que quisessem servir as Forças Armadas pudessem ser absorvidos, porque é melhor que o País cuide deles do que eles cuidem do País, que é a marginalidade. Não tenho dúvida disso.

Esse tempo, andando pelas periferias de Araucária, encontrei um menino de 18 anos, ele estava limpando um carro - quero compartilhar essa história com vocês - mas ele tinha quatro ou três furinhos na orelha, cabelo curtinho e uma grande tatuagem no braço, mas usava calça com cinto. Aquele modelito, uma coisa não combinava com a outra, era uma coisa que estava estranha ali. Perguntei para ele onde trabalhava. Ele disse para mim: "Estou servindo o Exército." Perguntei para ele se era bom, se ele estava feliz. Ele disse: "Absolutamente bom".

Não sei quantos estão me ouvindo que serviram o Exército, mas sou de União da Vitória e lá na barranca do rio Iguaçu, na Cidade, muitas das vias foram construídas pelos meninos do Exército. Quando chovia muito inundava e a água chegava nas nossas casas. Era o Exército que ia lá fazer a sua parte, tirar as famílias, reconstruir as casas, fazer um pedaço da estrada de ferro. Eles faziam aquilo com muita felicidade, alegria e disposição.

Então, quero rever essa situação. Como falei, não temos que obrigar todos a servir o Exército, mas todos que quiserem deverão ser acolhidos. Tem diminuído muito o orçamento para as nossas Forças Armadas e fico um pouco preocupada com isso.

Digo para as pessoas, quando se fala tanto em violência, quando se mata e se morre, todo mundo está dizendo que a Região Metropolitana é boa para se viver mas é fácil de se morrer, e já está assim.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Tenho dito para as famílias que os moços de 18, 20 e 24 anos não nascem marginais e não saem de repente num estalo matando por aí, ou de repente dá um estalo e entram no mundo das drogas. O que acontece é uma perda de valores gradativos. Antes de matar já quebrou vidro, já desrespeitou pai e mãe, já hostilizou professores, quebrou e riscou carteiras escolares, já tem toda uma caminhada de falta de valores, e temos que retomar isso. Tem coisas que a Polícia nunca vai dar para nós.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Toda uma caminhada de transgressões.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Toda uma caminhada que começa pequenininho, na primeira borrachinha que o filho traz da escola, que está lá no meio do material e que você vai enxergar: "Filho, daonde essa borracha?" "Ah, eu achei". "Mas achou onde?" Quando aquela borracha, Deputado Rafael Greca, não é devolvida para o seu dono, começa o caminho das transgressões.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

A senhora está dizendo uma coisa que me ocorre que acho que era uma obrigação do Estado Brasileiro. Até ouvi a Dilma Rousseff falar disso para os Bispos do Paraná, a ideia de uma escola de mães que ensine de novo mães e pais a exercerem o pátrio poder sem medo do Conselho Tutelar. Sem a invasão do seu direito de honrar os filhos que devem honrar pai e mãe, mas dando à sociedade um caminho e um norte.

Vi um homem em lágrimas em Campina Grande do Sul, dizendo que era proibido repreender o seu filho pelo Conselho Tutelar, mas que agora, desempregado, o menino ia ser funcionário de traficante.

Tudo tem que ser repensado, mas também temos que pensar uma coisa, Deputado Rafael Greca, escola de mães, em que horas? Quando a lógica da sociedade capitalista, hoje o que assistimos é uma corrida insana para se manter as casas. Vemos mães institucionalizarem seus filhos, com seis meses, entregando a outras mães para cuidarem deles, voltar para o mercado de trabalho, trabalharem oito horas por dia, ficar mais quatro, às vezes, no transporte coletivo, em pé, chacoalhando. E chegar em casa e ainda ter que aprontar a marmita do outro dia, cuidar da casa. O que assistimos é esta mãe.

Então, a sociedade toda tem que repensar este modo de se relacionar com a produção. Temos que rever nossos conceitos do que é a vida, do que é que queremos para as nossas vidas e para a vida dos nossos filhos. Mas isto é a sociedade como um todo que tem que repensar. Como é que vamos educar nossos filhos, se temos que trabalhar e trabalhar? A grande maioria das mulheres deste Estado, dessas Cidades, da Região Metropolitana e do nosso País trabalham com o objetivo de ajudar seus maridos a trazer o mínimo necessário dentro de casa, para uma vida digna. O mínimo. Às vezes é só para manter a conta da água e da luz em dia e a geladeira com o básico para a sobrevivência. Temos que repensar, realmente, tudo.

Quero encerrar compartilhando: Segurança é muito, muito mais que Polícia, que viatura. Segurança passa pela aprovação da PEC. Segurança passa por todas as coisas que discutimos, aqui, nestes três anos e meio relacionados à Polícia Civil, à Polícia Militar, ao Corpo de Bombeiros. Mas, Segurança passa pelo nosso repensar de como constituir e como sermos pais e mães responsáveis.

Agradeço a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao Deputado Rafael Greca de Macedo.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje quero ressaltar o orgulho deste engenheiro que foi Prefeito de Curitiba e já Secretário de Estado e Ministro de Estado com relação ao LACTEC, o Laboratório de Ciência e Tecnologia, que funciona num consórcio da COPEL, da Universidade Federal do Paraná, do Instituto de Engenharia do Paraná, da Associação Comercial do Paraná e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

O LACTEC é um centro exemplar de ciência e de tecnologia, que funciona no Centro Politécnico em Curitiba, na nossa escola de Engenharia. E o LACTEC acaba de ganhar a licitação internacional para fazer o modelo hidrológico e hidráulico da terceira maior usina hidrelétrica do mundo, a Usina de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará. Quem vai fazer o estudo da nova hidrelétrica que o Brasil está a construir será a Universidade Federal do Paraná, o Instituto de Engenharia do Paraná, através do nosso LACTEC.

Estive lá com meus colegas Maurício Muller e Zé Mário Moraes e Silva e lá ouvi que o empreendimento representa um desafio, mas que a equipe do LACTEC paranaense está pronta para realizar o trabalho. A partir de dados do projeto da Usina Belo Monte será criado um ambiente similar à usina, uma maquete, como aquela que já se fez da Usina de Itaipu. E esta maquete será implantada com as mesmas características geológicas do subsolo da floresta amazônica.

Durante minha visita ao LACTEC, também vi a empresa Toshiba apresentar para o laboratório de alta tensão, um para-raio especial para geradores, que num ambiente de refinada sofisticação, foi submetido aos testes de potência e de eletricidade.

Ninguém imagina que exista isso em Curitiba. Como sabem, estou em campanha eleitoral e estava acompanhado de jovens, moças e rapazes que visitavam comigo o LACTEC. Eles arregalaram um olho medonho quando viram aquele laboratório de eletricidade funcionando com o teste do para-raio, sendo que eu até disse a eles: é mais animado do que discoteca! Não tem discoteca no mundo igual ao LACTEC.

Esse espaço extraordinário, que além de modelos de eletricidade e de hidráulica testa outros produtos sempre para empresas particulares, para indústrias e para a sociedade, também tem laboratórios de utilidade pública, como o laboratório que monitora a qualidade do ar de Curitiba, sendo que lá cumprimentei a engenheira Rebeca Gabriel de Camargo, os técnicos meteorologistas Luís Soares Mayer e Karine Dawidziaki Piazzetto, que cuidam da qualidade da água dos rios da grande Curitiba, que mede o equilíbrio de Ph e o grau de turbidez, a dificuldade de um feixe de luz atravessar uma certa quantidade de água, conferindo aparência turva ao líquido dos rios que formam a grande Curitiba, e lá cumprimentei a física Caroline Lisevski, a bioquímica Larissa Santos e a técnica química Caroline Monaro. Vi também o laboratório onde se analisa a qualidade da água do mar das praias e no momento da minha visita a técnica Emily Costa de Camargo analisava a água do mar de uma praia do Estado da Bahia.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Sem fins lucrativos, autossustentável, o Laboratório de Ciência e Tecnologia do Paraná, mantido pela COPEL, pela FIEP e pelo Instituto de Engenharia, preserva e conserva o meio ambiente através de soluções tecnológicas. Além de servir 30 concessionárias de energia elétrica do País, o laboratório tem projetos inovadores, e o que mais me fascinou foi a célula a combustível, um gerador onde se mistura gás de cozinha, gás liquefeito de petróleo e água, e com isso se gera, por hidrólise, a decomposição da molécula de água, eletricidade e calor. A célula a combustível, a primeira da América Latina, está alimentando as caldeiras e todo o sistema de eletricidade do Hospital do Câncer de Curitiba, o modelar Hospital Erasto Gaertner.

Fico pensando se a verdadeira inovação nesta Cidade que já pagou quatro projetos de metrô depois que deixei de ser Prefeito, reside em um sistema de transporte com ônibus obsoletos ou em um sistema de metrô enterrado à maneira do velho metrô de Buenos Aires,

Nova Iorque e Londres dos idos de 1860, ou se seria a verdadeira inovação se fazer um metrô, se fazer um sistema de ônibus tocado por células a combustível, com ônibus abastecidos a água, que soltassem pelo escapeamento vapor de água e que gerassem poluição zero.

Não venham dizer que estou variando, que isso é mentira, ou que é impossível, porque a Margarita e eu andamos em um ônibus assim em Stuttgart, na Alemanha, no campo de provas da Mercedes Benz já em 1996, ônibus feitos para a Cidade alemã de Karlsruhe. Eu sonhava em comprar os biarticulados para Curitiba já com esse motor inovador. Vimos candidato ao Governo do Paraná falando que são novos, falando em novidade. A verdadeira novidade merecemos nós, ela reside no LACTEC, ela reside na nossa escola de Engenharia, ela pode ser gerada por nós se houver novidade nos nossos neurônios, que com sinapses luminosas sejam capazes de sinalizar o futuro.

Era isso, Sra. Presidente.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Primeiro orador, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente Deputada Luciana Rafagnin, 1ª e 2ª Secretárias, aliás, três excelentes Deputadas, que fazem um trabalho maravilhoso na Assembleia.

Deputada Rosane, acho que quando eu falo o Pessuti treme, eu não sei o porquê disso. Eu sou muito amigo dele, e quando um amigo fala o outro presta atenção. E ontem quando eu falei aqui dos funcionários e citei o trabalho de V. Exa. com o pessoal da Saúde, o Pessuti, dizem que o piolhinho dele coçou lá. E estou com esperança que o velho Pessuti, do Ivaí ao Iguaçu, o caminho do vencedor, vai mandar o negócio da Saúde para cá. Acho que ele não vai deixar. Poderíamos todo dia cobrar dele e dizer: "Pessuti, o senhor já dormiu na Casa do Estudante". Cobrar dele, porque o Pessuti anda meio esquecido, a cabeça dele não anda muito boa depois que assumiu como Governador, antes ele tinha uma memória de elefante! Agora é coisa de poder, demora um pouco, mas ele tem um coração que é uma mãe.

Saudando também a Deputada Beti Pavin, pelo belo trabalho na Região Metropolitana, trabalho maravilhoso que todo o povo há de reconhecer. V. Exa. é uma pessoa que só perde alguma coisa às vezes quando lhe perseguem, porque foi Prefeita. E eles adoram pegar Prefeito. Os de lá querem cobrar um troquinho, só que eu não falo quem são os de lá, e quando é Prefeito, se não pagar está ferrado. Mas agora tem um negócio bom, um sistema para controlar as coisas, um sistema de contabilidade, cada um tem um e aí está tudo resolvido, legalmente, e não deixa ninguém ficha suja.

Deputada Rafagnin, guerreira do Sudoeste, lutadora do povo mais simples do Sudoeste, uma das grandes responsáveis, ao lado do Deputado Caíto e outros Deputados, pelo hospital da nossa querida Francisco Beltrão.

E eu, Presidente Nelson Justus, aproveitar que o senhor está aí, sou ficha limpa a partir de hoje, acabei de receber um documento aqui. Segundo o Ministério Público, assinado pelo nosso Procurador Luiz Celso de Medeiros e o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, segundo ele eu sou ficha limpa lá no Ministério Público como Deputado. Então, como Deputado eu sou ficha limpa, posso descer a buia (sic) aqui em todo mundo! É a palavra do Ministério Público, não sou eu, documento do Ministério Público.

Também hoje fui absolvido mais uma vez. O Deputado Pedro Ivo me absolveu daquele processo que um Deputado aqui, o Deputado do pedágio, fez um processo contra mim quando falei que todos aqui tinham caixa dois. E agora o Conselho de Ética arquivou o pedido do Deputado do pedágio que queria cassar o meu mandato quando eu disse: quem é que não tem caixa dois? Ele não tem, é um cara sério, nunca fez nada errado. Nunca, não é? Nem ele, nem a mãe, nem o pai, nem os cachorrinhos de lá.

Quero registrar também aqui, está no Diário dos Campos de Ponta Grossa, um riquíssimo artigo assinado pelo Sr. Espósito, que é o pai daquele moço que se envolveu naquela confusão que eu saí no Fantástico quando era Prefeito. Agora ele escreve um artigo que me surpreendeu, ele conta que o filho foi usado, 10 anos depois. Ele disse que o filho foi inocentado e quando ele for chamado para depor vai contar o que sabe a respeito desse caso. Escreveu um monte de coisas a meu respeito, colocando meus sentimentos, meu trabalho. Só agradeço, quando uma pessoa escreve algo de coração - nem sei se sou merecedor de tudo o que ele falou - mas é feito por uma pessoa que tem a coragem de escrever o que é verdade. Registro aqui o meu agradecimento ao Sr. Espósito. Ele que já foi Vereador em Ponta Grossa e escreve um artigo maravilhoso que vai ficar registrado na minha vida, porque ele me inocenta de algo que nunca fiz. O tempo vai passando e vou provando.

E para finalizar, ontem eu estava sem rádio, estava desempregado. Hoje já estou empregado. Estreio amanhã, às 6h, na Rádio MZ - 90.7 de Ponta Grossa. Fui demitido antes de ontem e contratado hoje. Agradeço ao empresário Marcos Zambiere, que contratou toda a nossa equipe com carta branca para descer a botina em quem deve descer e falar a verdade. Liberdade. Abrir a ferramenta e mostrar as coisas que estão acontecendo. O pessoal que não me vê está nervoso. Então, vão me ver amanhã.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade e deixo aqui o registro que fui absolvido pelo Ministério Público em muitas ações. Aliás, saio daqui para voltar a ser apenas um radialista, mas deixo aqui uma herança para meus filhos que são as ações que vou entrar agora em seguida

para cobrar a maldade que fizeram contra mim, e que algumas delas me deixaram até sem vontade de ser candidato nas próximas eleições, mas isso virá na sequência. Mas o tempo passa e vamos provando que o que fizemos era, sem dúvida alguma, coisa armada, porque um radialista, com dois anos em Ponta Grossa, poderia ser Prefeito de Ponta Grossa. Saiu o filme Filhos de Francisco; o do Lula, Filho do Brasil; e agora vai sair Os Filhos de Dona Cenir.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PSB; PDT; PMDB; Bloco PPS/PMN.

(Declinam)

Democratas. Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia de ontem eu ouvia o Deputado Ademar Traiano usando esta tribuna, quando discorria o relatório que ele havia feito em relação à PEC apresentada por alguns Deputados, que diz respeito à eleição da Mesa da Assembleia Legislativa.

Lembro-me bem, Deputado Elio Rusch, que quando vim a esta Casa tínhamos uma eleição não por chapa, mas se votava primeiro para Presidente. Esse nosso primeiro mandato aconteceu em 1991, uma data histórica, quando assumimos pela primeira vez como Deputado. Histórico para a Assembleia Legislativa, porque nunca havia acontecido um empate na eleição para Presidente da Casa. Dois Presidentes disputaram a eleição: o Deputado Aníbal Khury, hoje falecido, e o Deputado Caíto Quintana. Abrem-se as cédulas, apuram-se os votos. Cada um teve 27 votos. Empate para a Presidência da Assembleia aqui na Casa. Procede-se a segunda votação. Diz o Regimento Interno e a própria Constituição que se houver empate considera-se vitorioso o mais idoso. E se fosse repetido os 27 a 27, é lógico que o Deputado Caíto Quintana iria perder, por idade, para o Deputado Aníbal Khury. Mas houve uma alteração desse voto e o Deputado Aníbal Khury, então, fez 28 votos e o Deputado Caíto Quintana 26 votos. Desta feita o Deputado Aníbal Khury se reelegeu Presidente desta Casa. Depois se elegeram o 1º e o 2º Secretários e outros cargos. Com o passar do tempo, de repente, se instituiu a votação por chapa completa. Mais tarde se permitiu a reeleição para o mesmo cargo, dentro da mesma legislatura.

Lembro-me também, se não me falha a memória, que foi o Deputado Nelson Justus que apresentou uma emenda, retirando a reeleição para o mesmo cargo.

Posteriormente, a Casa de novo vota uma nova emenda, permitindo a reeleição para o mesmo cargo. Entendemos que isso deveria fazer parte do Regimento Interno e não de matéria constitucional, da forma como foi feito.

Agora temos uma PEC apresentada. Nós, particularmente, Deputadas Rosane e Beti Pavin, Presidente da Casa, Nelson Justus, Srs. Deputados, apresentamos, sim, uma emenda substitutiva e respeitamos a posição de cada Parlamentar. Aliás, o regime democrático nos ensina que temos que nos curvar diante da decisão da maioria. Nós, durante oito anos, Deputado Tadeu Veneri, somos Oposição aqui na Assembleia Legislativa e fomos derrotados em quase todos os nossos pleitos pelo rolo compressor do Governo do Estado. Pedidos de informações até de certa forma banais foram rejeitados a pedido da Bancada do Governo. Mas isso faz parte do regime democrático. O Parlamento é o lugar onde você discute e procura aperfeiçoar um projeto de lei, um requerimento, onde procura discutir as teses que interessam ao desenvolvimento do Estado ou em todas as suas áreas.

Então, como democrata que sou, e sempre tenho lido no Legislativo tanto em nível municipal e agora em nível estadual, muita gente fica triste quando perde uma votação. Isso faz parte do jogo. O que temos que fazer agora? O Deputado Ademar Traiano, com toda a razão que lhe cabe, ele é o relator, tem o direito de fazer o seu relatório. Agora, cabe a nós Parlamentares, à comissão especial aprovar esse relatório ou não. E quem sente-se prejudicado com a sua emenda tem o direito de entrar com recurso lá na comissão especial, como também qualquer projeto da comissão permanente. Se ainda for prejudicado, cabe ao Parlamentar entrar com recurso de sua emenda que não foi acolhida numa comissão, cabe o recurso, aqui no Plenário, da sua emenda. E qual era a nossa emenda substitutiva? Nós concordamos, fomos contra a reeleição para o mesmo cargo. Mas nada impede, através daquilo que propomos nessa emenda subscrita por diversos Parlamentares, que quem exerce, por exemplo, a 3ª Secretaria, a 2ª Presidência, etc, que ele possa postular, na eleição seguinte, qualquer outro cargo. Não vejo problema nenhum nisso. Proíbe-se a reeleição para o mesmo cargo.

A nossa emenda vai mais além. Ela tem um parágrafo que diz, que proíbe o revezamento entre os cargos da Comissão Executiva. O que quer dizer isso? Quem é Presidente, 1º ou 2º Secretário, não poderá ser reeleito para qualquer um dos cargos na eleição subsequente. A Comissão Executiva, na mesma legislatura, será toda renovada. Mas nada impede para quem é 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, ou 2º Secretário, 3º Secretário, assim por diante, que ele possa disputar a Presidência, a 1ª ou a 2ª Secretarias. Acho que isso faz parte.

Lógico, o Deputado Traiano fez o seu relatório, o qual respeitamos. Agora, os Deputados Tadeu Veneri e Plauto Miró pediram vistas desse relatório. Na próxima reunião que deve acontecer será votado esse relatório, aprovado ou não.

Respeito a condição de cada um. Ninguém chegou aqui na Casa por acaso, por indicação. Todos os 54 Parlamentares, o mais votado, o menos votado, aqui não há diferença. Cada um tem um voto, independente se é da Oposição ou Situação. Mas com toda certeza essa PEC não seria nem matéria constitucional, mas devia ser regulamentada sim. Porque daqui a pouco, Deputado Traiano, o que vamos fazer aqui na Assembleia Legislativa? Vamos constitucionalizar tudo, como existe PEC para constitucionalizar programas de Governo.

Ora, programa de Governo é programa de Governo. Não é nem matéria de lei. São emendas, são PECs que são apresentadas com o único objetivo de constitucionalizar e até engessar o próprio Governo, o que lamentamos profundamente que isto esteja acontecendo. Muitas coisas poderiam ser regulamentadas por lei ordinária, por resoluções da própria Casa, mas procuram fazer uma PEC não sei por que motivo, para chamar a atenção, mas cada um vote, cada um apresente as emendas...

(Término do tempo)

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Elio, ouço seu pronunciamento e quero valer-me do seu discurso para poder fazer aqui algumas considerações, até porque sou relator e hoje pela manhã, na sala da CCJ, apresentei o relatório aos membros da comissão especial e fiz minha argumentação, as razões, os motivos do porquê acolhi em parte algumas emendas e fiz um substitutivo geral daquilo que propunha inicialmente a PEC, e vou mais uma vez reafirmar aqui: acho que o grande clamor hoje, o sentimento de todos os Deputados e da própria sociedade era no sentido de que não permitíssemos a reeleição para os mesmos cargos na Assembleia.

O que propomos é um substitutivo onde definitivamente acaba a reeleição, mas permitindo que o Presidente, o 1º Secretário possa disputar os cargos existentes na Mesa, até porque, Deputado Elio, acho que seríamos antidemocráticos, na verdade estaríamos sendo discriminatórios se não permitíssemos que um bom Presidente, um bom 1º Secretário, um bom 2º Secretário pudessem participar do pleito disputando um cargo que não o mesmo.

Eu me baseei e fui buscar informações nas Assembleias Legislativas de São Paulo, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, é exatamente a linha que relatamos essa PEC.

Aí, hoje pela manhã, aventou-se a possibilidade, até porque eu não acatei, da candidatura avulsa, foi pedido vistas do meu relatório, o Presidente concedeu, e eu dizia ao Presidente que poderíamos até discutir essa possibilidade da candidatura avulsa.

Agora, estou muito bem fundamentado e acho que o clamor era para não existir a reeleição, até pelas práticas talvez do passado. Estamos vivendo um novo momento na Assembleia, que a partir do ano que vem será uma nova Assembleia, como já está sendo agora. Então, não há nenhuma forma que possa perpetuar ninguém no poder.

Quero agradecer o aparte e fazer esta justificativa. Agora, não podemos, de forma alguma, se o Governador, o Prefeito ou o Presidente da República podem ser reeleitos, por que não permitir que um bom Presidente, um bom 1º Secretário possa disputar um cargo na Mesa? Isso é uma medida discriminatória e aí não posso concordar.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Eu vi que foram abordados vários temas, mas especificamente V. Exa. está focando a PEC da Mesa.

Concordo com o Deputado Traiano. Acho que o bom do político é ele ser sempre julgado pelo povo, e se no comando de uma Casa Legislativa, também a eleição do Presidente da Mesa Executiva depende do voto do Plenário, acho que cabe avaliação. Depende, se o administrador estiver fazendo um belo trabalho por que não reconduzi-lo? Nos Estados Unidos o Presidente da República pode ser reeleito uma vez e no tempo da guerra eles mudaram a Constituição para dar três mandatos ao Presidente. Era uma situação toda especial. Creio que estamos fazendo aí quase que uma mordada, ou seja, vamos proibir porque a Mesa Executiva pode, futuramente, não corresponder aos anseios da sociedade.

Por último, Deputado Elio Rusch, peço permissão, já que estamos discutindo PEC sobre PEC rapidamente para dizer o seguinte à diretoria do Sindicato da Polícia Civil de Londrina: que temos que pedir dispensa de redação da PEC nº 064, mas há uma preocupação. Vamos precisar de 33 Deputados para aprovar esta PEC hoje, e eu já ouvi conversa que tem Deputado que não vai aparecer para não dar quórum. Acho que isso é uma sacanagem, eles estão esperando a aprovação da PEC nº 064 e faço um apelo a todos os Deputados: que estejam aqui, porque vai ser um golpe mortal, intolerável para os policiais civis, militares, bombeiros, advogados da Assembleia, do Estado e do Judiciário se encerrarmos os trabalhos agora, voltando só depois da eleição e não dando quórum para esta votação. Vamos votar agora, não vamos deixar para depois da eleição, não!

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Quero agradecer pelos apartes dos Deputados Elio Rusch e Traiano, que entendo perfeitamente a colocação que fez como relator. Entendemos também que no Senado, na Câmara ou nas outras Assembleias as pessoas podem disputar outro cargo não se permitindo a reeleição, na grande maioria das Casas Legislativas do nosso País, dentro da mesma legislatura. Acredito que os Deputados

que pediram vistas, hoje de manhã, na discussão dessa PEC, acho que foram felizes, deixa-se passar a eleição e depois, com cautela, se aprova essa PEC, de que forma e de que jeito vamos conduzir as próximas eleições para a Mesa, se será por chapa ou candidatura avulsa. Eleição para outros cargos não permitindo o revezamento dentro da Comissão Executiva. Aliás, a Assembleia estaria inovando. Acho que a Assembleia do Paraná é uma das poucas do Brasil que os Deputados não têm aposentadoria. Acabamos com aquela aposentadoria que os Deputados tinham com oito anos de mandato, os Deputados se aposentavam proporcionalmente e com 24 anos se aposentavam integralmente. Isso foi cortado na legislatura de 1986/1990 isso acabou! A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná tem seus problemas, mas todos estão sendo solucionados. O quanto nós já avançamos e o quanto nós vamos avançar ainda nesta Casa.

Alguém disse que a partir do ano que vem será uma nova Assembleia, com novas regras, aliás as regras já estão estabelecidas. Nós Deputados já devemos cumprir com as novas regras. O Portal da Transparência, que foi implantado e agora votamos aperfeiçoando-o ainda mais, que deverá ser implantado daqui a seis meses, deverá ser implantado para a nova legislatura. Então, avançamos muito.

Acredito que poderia também mostrar para o Brasil como tem mostrado em tantos outros setores aquilo que poderia se fazer em relação a reeleição e não permitindo. Opinião minha, pessoal. Eu respeito a opinião de cada um. Opinião pessoal, mas permitindo o revezamento da Mesa Executiva. Opinião minha. Mas poderia inovar aqui e mostrar para a sociedade do Paraná e para o Brasil que aqui no Paraná as coisas são diferentes. Na Comissão Executiva não poderá ser reeleito nenhum cargo e não poderia ter o revezamento entre os três cargos. Isso é o que propusemos, lógico, dentro da mesma legislatura.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

V. Exa. tem razão, concordo com o seu pensamento. São quatro anos de mandato para Deputado, uma pessoa se elege Presidente por dois anos, está bom, faz o seu trabalho e volta a ser um Deputado comum como os demais. A pessoa se elege 1º Secretário, é a mesma coisa, 2º Secretário é a mesma coisa. Até porque senão vira o que já aconteceu nesta Casa ao longo de muitos anos, sempre as mesmas pessoas no comando.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço o aparte de V. Exa. Com toda certeza, depois das eleições, a Comissão vai se reunir e essa PEC virá para o Plenário e cada Deputado vai votar de acordo com aquilo que ele achar e convier melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Horário das Lideranças é o Sr. Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Só para continuar sobre aquele assunto da PEC que pretende alterar a composição da Mesa para a nova legislatura, para que dois anos seja um grupo na Presidência, 1ª Secretária e outro na 2ª Secretaria, E nos outros dois anos sejam outras pessoas, independente de quem for. O importante é que não fique esse revezamento de cargos. Uma hora o cara é 1º Secretário, outra hora é Presidente ou vice-versa. Essa história já aconteceu e não se revelou como sendo a melhor forma para administração da Assembleia. Por isso que quero me manifestar colocando a nossa posição, deixando claro como pensa o Deputado Douglas Fabrício.

Outro assunto que quero conversar aqui, foi feita uma reunião, foi dito na hora que abriu a Sessão, foi feita uma reunião dos líderes partidários tratando da questão de não ter mais Sessões de agora até o dia das eleições. A minha opinião é que deveria ter Sessão. Não sei se foi unanimidade dos líderes. Estou colocando a minha posição. Por mim poderia ter Sessão normalmente, os que faltarem às Sessões que respondam pelas faltas e os que não faltarem respondam pela presença. Esta é a minha opinião. Vai ter um requerimento, vai ser discutido aqui, para descontar o salário dos Parlamentares que não estiverem na Sessão. Vou votar a favor desse requerimento, porque concordo que quem não vem trabalhar não merece receber. Assim é para o trabalhador normal, comum. Como eu que tenho muitos anos de carteira assinada, faltou não recebe, também sou dessa opinião.

Por isso vem aqui deixar o meu manifesto já, porque se for esse requerimento por voto o meu voto vai ser dessa forma, em respeito, claro, às pessoas que possam pensar de forma diferente.

Aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

O meu apoio Deputado Douglas.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 165/10, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, a incorporação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da

Vitória - FAFI - UVA, à Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO e não Universidade Estadual do Paraná - UFPR, como antigamente cogitado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 166/10, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, estudos para elaboração de projeto de rodovia deste Rio Branco do Ivaí a Imbaú no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3440, de autoria dos Deputados Plauto Miró, e Jocelito Canto, constante do expediente, requerendo a retirada da PEC nº 064/09, item 01 da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões. Retirada pelos autores.

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana, antes de votarmos o requerimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Sr. Presidente, gostaria de falar qual é a minha preocupação para as pessoas que estão aqui nas galerias. Falar do Regimento Interno da Assembleia. Uma emenda constitucional, uma PEC, tem que ter 33 votos a favor, independente se tiver, por exemplo, 30 Deputados em Plenário e os 30 votarem a favor, não deu 33, a PEC cai.

Qual é o risco que corremos? É de por a PEC em votação, não ter 33 votos a favor e a PEC acabar caindo. Daí ela fica derrotada. A nossa preocupação é saber se tem ou não número de Deputados para votar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Qual é a questão de ordem?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Só queria ajudar o Deputado Caíto Quintana no sentido que V. Exa. zerasse o painel, nos contasse quantos Deputados tinha e vamos saber se vai dar para votar ou não.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Por isso mesmo, Deputado Jocelito, que não estou encaminhando antes da votação de requerimento, para que possamos conferir o quórum, porque esse quórum

que está agora no painel pode não ser o verdadeiro, pode a pessoa ter se retirado e não estar aqui.

Então V. Exa., ao votar esse requerimento, vamos fazer por votação de painel para podermos conferir o quórum e não correr o risco de a PEC ser rejeitada.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Elton Welter)

(Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito aos Srs. Deputados que digitem suas senhas para conferirmos o quórum. Caso contrário, votaremos o requerimento do Deputado Caíto Quintana.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, gostaria muito que o senhor pudesse acionar o alarme, para que os Deputados que também estão nos gabinetes virem ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há quórum para votarmos a PEC. Consequentemente está prejudicado o requerimento dos Deputados Jocelito Canto e Plauto Miró Guimarães, pedindo a retirada da proposição. **Retirado pelos autores.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (PEC)

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 064/09, Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Deputado Professor Lemos e outros, que dá nova redação aos parágrafos 9º, 10 e 14 do artigo 45 da Constituição Estadual, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO, NA FORMA DE SUBMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. (VOTAÇÃO NOMINAL CONFORME ARTIGO 194 DO REGIMENTO INTERNO).

Em discussão. Em votação.

O SR. CHICO NOROESTE (PR)

Sr. Presidente, só gostaria, como único Deputado do Partido da República, já votei a primeira vez pela discussão, no que diz respeito à constitucionalidade desta PEC dos policiais. Gostaria de reafirmar nossa posição votando SIM, a favor dos policiais do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perdoem-me, Srs. Deputados, mas estamos em regime de votação. Não vamos mais encaminhar. Aqueles que forem favoráveis ao item 1 votam com a expressão SIM. Os que forem contrários votam com a expressão NÃO.

Está aprovado, artigo por artigo, com 38 votos, na forma da subemenda de substitutivo geral.

A proposta irá para a comissão especial apenas para a redação final.

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 731/09, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que dispõe sobre o comércio de fogos de artifício e pirotécnicos de grande calibre (Classe C e D) no Estado do Paraná. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 731/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam acrescentados os artigos 8º - A e 8º - B a Lei nº 13758/02:

“Art. 8º - A. Os estabelecimentos comerciais que vendem fogos de artifício deverão identificar, em livro próprio para esse fim, o comprador, a qualidade e a espécie de fogos de artifício por este adquirida.

Art. 8º - B. A venda dos fogos de artifício das Classes C e D somente poderá ser feita para pessoas jurídicas, associações, clubes, condomínios e entidades que, munidas de autorização expedida pela autoridade competente, assumam a responsabilidade de sua queima em festividades e ocasiões especiais, com a supervisão e acompanhamento de empresas ou técnicos especializados devidamente registrados nos órgãos previstos na legislação em vigor e em espaços livres onde não haja possibilidade de ocasionar danos pessoais ou materiais.”

Art. 2º Fica alterado o artigo 17 da Lei nº 13758/02 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Fica proibida a venda de fogos de artifício e pirotécnicos de grande calibre (C e D) para as pessoas físicas. Apenas os fogos das classes A e B, podem ser vendidos para quaisquer pessoas.”

Art. 3º Fica alterado o parágrafo 3º, do artigo 21 da Lei nº 13758/02 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º A queima de fogos das Classes C e D só poderá ser promovida por empresas registradas no Exército Brasileiro, com certificado de Registro (CR) para a

atividade show pirotécnico, e, ainda, deverá contar com aprovação da autoridade competente da Defesa Civil, com hora e local previamente designados nos seguintes casos:

I - festa pública, seja qual for o local;

II - dentro do perímetro urbano, seja qual for o objetivo.”

Art. 4º Fica acrescentado o parágrafo 4º ao artigo 21 da Lei nº 13758/02:

“§ 4º A queima de fogos de artifício em eventos públicos ou em locais onde se coloque em perigo a segurança da população só é admitida após a autorização dos órgãos estaduais responsáveis pela Defesa Civil e pela fiscalização da atividade”.

Art. 5º Fica acrescentado o artigo 37 - A à Lei nº 13758/02:

“Art. 37 - A. São vedadas a venda e a utilização de fogos de artifício em cuja confecção sejam empregados materiais que não se desintegram ou que possam ser projetados com a explosão.”

Art. 6º Fica alterado o parágrafo 3º, do artigo 42 da Lei nº 13758/02 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º A pena de multa a ser aplicada a critério da autoridade policial da DEAM será de 200 (duzentas) UFIRs (Unidades Fiscais de Referência).”

Art. 7º Ficam acrescentados os parágrafos 5º e 6º ao artigo 42 da Lei nº 13758/02:

“§ 5º Por ocasião da segunda autuação, a multa será aplicada em dobro”.

§ 6º Por ocasião da terceira autuação, será cancelado o Alvará de Licença e interditado o estabelecimento”.

Art. 8º Os estabelecimentos licenciados até a presente data deverão no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, adequar-se às normas previstas nesta lei, sob pena de cassação das respectivas licenças para localização.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13/09/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

V. Exa. disse que vai para a comissão especial para a redação final. É possível requerermos a dispensa da redação final?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não. Infelizmente não.

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 114/10, de autoria dos Deputados Luiz Accorsi e Antonio Anibelli, que denomina Dr. Cláudio Murilo Xavier, o Hospital Regional do Noroeste em Paranavaí. **Aprovada. (Publ. no DA nº 020/10, de 16/03/10, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 150/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/10, que objetiva modificar o artigo 5º da Lei Estadual nº 15200, de 10/07/06, que institui o Programa Estadual de Aprendizagem para o Adolescente em Conflito com a Lei. **Aprovada. (Publ. no DA nº 031/10, de 16/04/10, em Projetos de Lei).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 204/10, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná a Festa do Leitão Maturado, que é realizada anualmente no mês de maio no Município de Itapejara D'Oeste. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 204/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná, a Festa do Leitão Maturado, que é realizada anualmente no mês de maio no Município de Itapejara D'Oeste.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14/09/10.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/10, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que reconhece para efeitos de inclusão no calendário turístico do Estado do Paraná a Expo Center de Quarto Centenário, a ser realizada todos os anos no mês de maio. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/10, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que obriga as farmácias e drogarias situadas no Estado do Paraná a manter à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos, em braile. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDC E CICT. **Aprovada. (Publ. no DA nº 016/10, de 09/03/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 089/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei pretende incentivar a inclusão social dos portadores de deficiência visual, bem como contribuir para a sua autonomia impulsionando a utilização do sistema braile no mercado farmacêutico, que deverá disponibilizar lista de medicamentos genéricos nesta escrita.

Legitimidade

A Constituição Federal consagrou a importância da inclusão dos portadores de necessidades especiais à sociedade. Neste sentido, preconizou como uma de suas diretrizes a assistência social aos portadores de deficiência. Vejamos:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

(...)

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

Assim, ante a necessidade de incentivar e auxiliar os portadores de deficiência, a Carta Magna determinou como competência comum dos entes da federação a garantia da dignidade destas pessoas. Além disto, estabeleceu que União e Estados podem legislar de forma concorrente sobre a proteção e a integração social dos deficientes:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

(...)

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência; (...)

Sendo a competência concorrente, cabe a União determinar normas gerais e os Estados, por sua vez, legislar de maneira complementar¹, sem contrariar o que está disposto pela norma federal.

1. § 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

Neste viés, a Lei Federal nº 7853/89 que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, regulamentada pelo Decreto nº 3298/99, estabelece:

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo Único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

Isto posto, verifica-se que a proposição em análise não encontra nenhum empecilho para prosperar, uma vez que está perfeitamente adequada às normas constitucionais e complementa o disposto pela legislação federal, favorecendo na integração social dos deficientes visuais.

No que tange à legalidade, o projeto verificou os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, não havendo incoerência alguma para sua plena aplicação.

Conclusão

Diante do acima exposto, tendo em vista a constitucionalidade apresentada pelo projeto de lei em análise, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03/08/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PROJETO DE LEI Nº 089/10

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk que obriga as farmácias e drogarias situadas no Estado do Paraná a manter à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos em braile.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, encaminhou-se o presente projeto de lei para a análise.

Por possuir a intenção de proteger o consumidor e buscar facilitar atividades do dia a dia a deficientes visuais, como a disposição de lista em braile de medicamentos genéricos em farmácias e drogarias, a proposição se torna de grande importância.

Assim, entendendo que a proposta apresentada objetiva facilitar e promover a inclusão social, somos de parecer favorável.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos não haver óbice à normal tramitação do presente projeto de lei e assim somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23/08/10.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO PROJETO DE LEI Nº 089/10

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Pastor Edson Praczyk tem por objetivo obrigar as farmácias e drogarias situadas no Estado do Paraná a manter à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos, em braile.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente projeto de lei para a análise.

Faz-se necessário enaltecer que a proposição em tela visa à integração de pessoas deficientes visuais ao convívio na sociedade quando obriga alguns estabelecimentos comerciais a disponibilizarem lista de medicamentos genéricos em braile.

Assim, ao tratar da inclusão social e de uma ação pública digna de interesse, este projeto de lei é de extrema importância para toda a sociedade.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos não haver óbice à normal tramitação do presente projeto de lei e assim somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23/08/10.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente

LUIZ FERNANDES LITRO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3328, de autoria dos Deputados Douglas Fabrício, Antonio Belinati, Elio Rusch e demais Deputados membros da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3443, de autoria dos Deputados Fábio Camargo e Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3366, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3362, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3364, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3365, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 3367 a 3371, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3372 a 3390, 3392 a 3410, 3413 a 3426, 3428 a 3437, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3411 e 3412, de autoria do Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3439, de autoria dos Deputados Duílio Genari, Antonio Belinati, Cida Borghetti e Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3442, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando outra para logo após o término da presente uma Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado na Sessão do dia 13 de setembro, de autoria dos Srs. Deputados líderes partidários, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 207/10.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/10.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/10.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para o dia 04 de outubro, segunda-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - da Proposta de Emenda Constitucional nº 064/09 e do Projeto de Lei nº 089/10.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 237 e 336/10.

Levanta-se a Sessão.

9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 9ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2010

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Elton Welter e pela Sra. Deputada Rosane Ferreira.

Presenças:

Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Dr. Batista, Jonas Guimarães, Luiz Eduardo Cheida, Neivo Beraldin, Nelson Garcia e Osmar Bertoldi (07).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado de autoria dos Senhores Líderes Partidários.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

Ordem do Dia:**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Não há Expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final**ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 207/10, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que reconhece para efeitos de inclusão no calendário turístico do Estado do Paraná a Expo Center de Quarto Centenário, a ser realizada todos os anos no mês de maio. **Aprovada. (Publ. no DA nº 044/10, de 05/05/10, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/10, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, obriga as farmácias e drogarias situadas no Estado do Paraná a manter à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos genéricos, em braile. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDC e CICT. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 302/10, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 059/10, que objetiva a instituir a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Paraná, a qual terá como diretriz fundamental a promoção da economia solidária e o desenvolvimento de grupos organizados autogestionários de atividades econômicas, visando sua integração no mercado e a autossustentabilidade de suas atividades. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. (Publ. no DA nº 070/10, de 28/06/10, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 302/10**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem o objetivo de instituir a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Paraná, para promover a economia solidária e será regulamentado pela SETP - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa instituir a política estadual regulamentada pela SETP.

A competência para legislar nestes casos é conferida privativamente ao Chefe do Executivo Estadual conforme estabelecido no inciso IV do artigo 66 da Constituição Estadual do Paraná, fundamentado no Princípio da Separação de Poderes adotados por nosso ordenamento jurídico.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Observe-se, ainda, o artigo 2º da Carta Magna que estatui a independência entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Desta forma, o projeto de lei em tela esta em consonância com a legislação em vigor.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar nº 095/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Conclusão

Desta forma, havendo legitimidade do Executivo para tal proposição e estando o mesmo dentro dos critérios legais, somos pela aprovação do presente projeto de lei, por se tratar de um projeto fincado na constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 09/08/10.

(aa) **DURVAL AMARAL** - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 302/10**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo visa instituir a Política Estadual da Economia Solidária no Estado do Paraná.

Inicialmente convém salientar que a proposição em questão já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa e dela recebeu parecer favorável no tocante a legalidade da matéria que pretende disciplinar.

Instada esta comissão a se posicionar por se tratar de matéria que afeta as finanças estaduais entendemos que o projeto de lei em apreço trata de assunto da maior relevância, no que concerne a promoção do desenvolvimento social da comunidade paranaense.

Feitas estas breves considerações e levando-se em conta que urge encontrar formas de carrear o maior número possível aos benefícios da atividade produtiva e econômica, única forma de promover a efetiva inserção e ascensão social e também considerando argumentos que justificam a proposição em questão, esta comissão é de parecer favorável à tramitação do mencionado projeto de lei.

Sala das Comissões, em 13/09/10.
(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
PEDRO IVO - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ELTON WELTER (PT) (Para Encaminhar)

Essa lei é de suma importância para todo o Estado do Paraná, é oriunda da vontade dos segmentos organizados da sociedade que querem que fique instituída uma política estadual de economia. Essa é uma lei que vai pegar, Presidente. Este Poder certamente se engrandece votando essa lei o mais rápido possível. Peço o voto, por unanimidade, dos Pares desta Casa. Tem uma importância fenomenal para diminuirmos as mazelas que existem ainda no nosso Estado, e existem muitas políticas públicas orientadas a nível nacional e estadual que, com base nessa lei, vão dar mais andamento, mais rapidez, e vai ajudar muitas famílias, principalmente as mais carentes do Estado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero aqui registrar a lucidez que teve o Governador Orlando Pessuti de ter enviado a esta Casa o Anteprojeto de lei nº 302/10, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado do Paraná. Talvez as pessoas do mundo da economia da empresa formalizada, da micro, da pequena e da grande empresa, não tenham a dimensão da importância de medidas que estão sendo tomadas, uma que foi tomada, a Lei do Empreendedor, que foi a lei tomada pelo Governo Lula, e nesse caso específico nosso é criar essa política estadual de fomento. Porque essa política viabilizará a geração de recursos e a capacidade do Estado poder apoiar o desenvolvimento de pequenas iniciativas de grupos de pessoas ou de entidades ligadas ou não à área rural. Ou então de pessoas que poderão aplicar o seu conhecimento, ou seu ofício, a partir, é claro, de um grande trabalho que está sendo desenvolvido por um conjunto de ONGs, entidades da sociedade civil organizada e muito especialmente da Igreja Católica. A Igreja Católica tem uma profunda ligação com essas iniciativas da economia solidária. É verdade que tem muita gente contra, tenho que reconhecer. Eu mesmo recebi e procurei fazer o encaminhamento. O próprio Ministério Público do Trabalho tem uma postura contrária, por conta da questão da formalidade. Mas, quando estabelecemos uma Política Estadual de Fomento à Economia Solidária, vinculando a

Secretaria de Estado do Trabalho, certamente teremos recursos orçamentários para se fazer esses investimentos. E milhares de pessoas terão a sua vida melhorada por este projeto de lei que está sendo votado e tem a autoria do Governador Orlando Pessuti.

Eu e outros Parlamentares aqui desta Casa, durante anos discutimos esse tema em outra legislatura, mas felizmente, em homenagem a todos que lutaram para que pudéssemos estabelecer uma política estadual a favor da economia solidária, o Governador Orlando Pessuti envia a esta Casa esse projeto de lei. Parabéns ao Governador Orlando Pessuti! Estamos aqui criando um instrumento eficaz e poderoso para combater a desigualdade social e promover a inclusão social no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, vamos votar favorável a esta lei. Mas é exatamente aquilo que falamos inúmeras vezes, no final do mandato vem um monte de mensagens impondo responsabilidade para o futuro Governo. Hoje o Orlando Pessuti, antes o Roberto Requião, em oito anos no poder não instituíram esse programa. Agora, no final institui esse programa como tantos outros programas. Mexe na estrutura organizacional do Estado, faz-se PEC. Tudo para os futuros Governos. Isso aqui é um programa de Governo. Por que fazer no final do mandato? Vamos votar favorável! O que lamento é que levaram oito anos administrando o Estado e não fizeram. Agora, no final vêm aqui criar novos programas, fazer com que o futuro Governo fique engessado, independente de quem seja o Governo. Tem que existir o equilíbrio, o bom senso. Não vamos votar contra não, vamos votar favorável.

Fica registrado aqui o nosso protesto em relação a essas leis, a essas PECs. Não da PEC da Polícia. Essas PECs que visam constitucionalizar programas de Governo. Querem tornar lei programas de Governo e programas que não existiam no Governo. É lamentável que isso esteja acontecendo no Paraná. Isso é querer jogar politicamente com a população do nosso Estado. E temos que alertar a população do Estado que isso não é concebível.

Felizmente, volto a dizer, felizmente a Assembleia não entra em recesso, com duas semanas sem Sessões. Para depois das eleições, espero que nessa transição de Governo que haverá, depois do dia 3 de outubro até 1º de janeiro, ao menos o Governo procure o futuro Governador, que será eleito no dia 3 de outubro, e daí sim fazer as leis de acordo com aquilo que o Governo queira. E não queiram impor a sua vontade política para mostrar na campanha eleitoral o que eles estão fazendo. Se quisessem fazer, eles deveriam fazer há oito anos atrás e não no final do mandato. É lamentável que isso esteja acontecendo.

Votamos favorável, sim, para não dizer que somos contra um programa que achamos de suma importância.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, justificativa de voto.

(Assentimento)

Apenas para esclarecer. Acabei de ouvir o Deputado Elio Rusch e não foi possível encaminhar. Esse projeto que acabamos de aprovar, em 1ª votação ainda, está sendo discutido aqui na Assembleia há pelo menos cinco anos. Não é um projeto que apareceu agora nesta semana e a Casa, de uma forma quase que tirando da cartola, votou. Obviamente que V. Exa. colocou na Ordem do Dia, porque é um projeto importante e que me parece, não há nenhum dos dois candidatos, o possível futuro Governador do Estado, nem o ex-Prefeito Beto Richa e nem o Senador Osmar Dias tenham qualquer contrariedade com esse projeto, que institui um marco legal para que as pessoas que hoje produzem, e muitas vezes não podem participar de uma concorrência. A partir de agora, dessa lei, quando for promulgada, terão condições de participar legalmente. É isso que estamos fazendo.

Votei favorável ao projeto, como a maioria aqui, foi por unanimidade. Estou dizendo que esse projeto não nasceu agora, ele vem há muito tempo sendo debatido. Em junho já estava aqui. Há cinco anos, quando apresentamos e outros Deputados apresentaram, o Deputado Romanelli também o fez, foi feita uma indicação. A CCJ, por indicação, mandou esse projeto para o Governo do Estado, que acolheu essa indicação e mandou para cá, para que pudéssemos votar favoravelmente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O projeto está aprovado por unanimidade.

(Aplausos)

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente?

(Assentimento)

Justificar que ele não está aqui há cinco anos. Esse projeto veio para cá no dia 15 de junho, mandado pelo Governador.

Somos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Antes de encerrar a Sessão, dizer a V. Exas. que, por determinação ou por uma definição dos líderes dos partidos, apenas teremos Sessão no dia 4 de outubro.

A Assembleia permanecerá funcionando. Os gabinetes estarão abertos. Apenas não haverá Sessão.

Agora sim, em meu nome desejo a todos vocês, do fundo do meu coração, muita sorte. Que Deus ilumine a V. Exas., principalmente nas viagens. Que se faça justiça nas urnas. As urnas falam e, com certeza, elas falarão. Que Deus ilumine a todos e que nos encontremos aqui no dia 4 de outubro.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária para o dia 4 de outubro.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Emenda Constitucional

EMENDA Nº 028

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná promulga, nos termos do parágrafo 3º do artigo 64 da Constituição Estadual, a seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º Ficam acrescidos parágrafos 1º e 2º ao artigo 26 da Constituição Estadual:

“Art. 26

§ 1º Os Municípios que, através de norma estadual, receberem restrições ao seu desenvolvimento socioeconômico, limitações ambientais ou urbanísticas, em virtude de possuírem mananciais de água potável que abastecem outros Municípios, ou por serem depositários finais de resíduos sólidos metropolitanos, absorvendo aterros sanitários, terão direito à compensação financeira mensal.

1 - Os recursos da compensação de que trata este parágrafo deverão ser integralizados diretamente aos Municípios pelas concessionárias de serviços públicos cuja atividade se beneficie das restrições, na proporção de 10% (dez por cento) do valor do metro cúbico de água extraída do manancial ou bacia hidrográfica e de 10% (dez por cento) do valor da tonelada de lixo depositada, levando-se em conta os seguintes critérios:

a) somente terão direito a compensação financeira, na hipótese de mananciais, os Municípios com restrições legais de uso, superiores a 75% (setenta e cinco por cento) em seus territórios;

b) quando o aproveitamento do potencial de abastecimento constante da alínea anterior atingir mais de um Município, a distribuição dos percentuais será proporcional, levando-se em consideração, dentre outros parâmetros regulamentados na forma do *caput* deste artigo, o tamanho das áreas de captação, o volume captado, o impacto ambiental, social, econômico e o interesse público regional;

c) os recursos da compensação deverão ser aplicados pelos Municípios, em programas de urbanização, de desenvolvimento social e de preservação do meio ambiente.

§ 2º A compensação tratada no parágrafo 1º não dependerá de lei complementar e terá eficácia imediata.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

VALDIR ROSSONI - 2º Secretário

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2458/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10740, datado de 16/07/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover MARCOS ANTONIO GANTZEL, para exercer cargo em comissão, junto à Administração, a partir de 01/07/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/08/10

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2477/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11540, datado de 04/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOÃO ANTONIO MULLER, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Edson Strapasson, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2521/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11431, datado de 02/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, RAFAEL PEREIRA DA COSTA, do cargo em comissão, da Administração, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2526/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 11718, datado de 04/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover CLEIDE REGINA PEREIRA ALVES, para exercer cargo em comissão, junto à Administração, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2533/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, SIMONE CARON, do cargo de Coordenadora da Biblioteca, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2536/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12338, datado de 23/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, TATIANE APARECIDA ALBANO, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Accorsi, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2537/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 12021, datado de 12/08/10, deste Poder,

R E S O L V E :

prover IRENE CASTRO, para exercer cargo em comissão, junto à Administração, a partir de 01/08/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 24/08/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2552/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 01719, datado de 02/09/10, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA DE LOURDES PEREIRA, do cargo em comissão, do Gabinete do Deputado Artagão Júnior, a partir de 02/09/10.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/09/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Atas de Comissões**Especial de Reforma da Constituição (PEC nº 022/10)****COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO****ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatorze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniram-se os membros da comissão especial constituída para apreciar a Proposta de Emenda da Constituição - Proposição nº 022/10, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a palavra ao relator designado, Deputado Ademar Traiano, que apresentou o parecer. Ao final da leitura do parecer, os Deputados Tadeu Veneri e Plauto Miró pediram vistas ao processo. O pedido foi acatado pelo Sr. Presidente. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, marcando a próxima reunião para o início do mês de outubro, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, PLAUTO MIRÓ, DUÍLIO GENARI, ADEMAR TRAIANO e TADEU VENERI

Redação**COMISSÃO DE REDAÇÃO****4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezesesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 244, 185, 522, 183 e 396/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO**4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 329, 284, 342 e 341/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO**4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 144, 353, 529 e 327/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO**4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 702/07; 458/09; 354 e 208/10, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária



A criptografia acima serve para identificar o diagramador e a data da diagramação do Diário. Tal procedimento visa a segurança para evitar adulterações e publicações